



# **POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

## **O ALFERES**

VOLUME 25 - NÚMERO 66 - JANEIRO/JUNHO 2011







ISSN 0103-8125

## **O ALFERES**

Revista da Polícia Militar de Minas Gerais

Volume: 25

Número: 66

Janeiro/Junho: 2011

Periodicidade: semestral

### **ADMINISTRAÇÃO**

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar

Rua Diábase, 320 - Prado

Belo Horizonte - MG

CEP 30.411-060

Tel: (0xx31) 2123-9513

Fax: (0xx31) 2123-9512

E-MAIL: [cpp@pmmg.mg.gov.br](mailto:cpp@pmmg.mg.gov.br)

|           |                |       |       |           |                    |
|-----------|----------------|-------|-------|-----------|--------------------|
| O Alferes | Belo Horizonte | v. 25 | n. 66 | p. 01-122 | Janeiro/Junho 2011 |
|-----------|----------------|-------|-------|-----------|--------------------|





Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião do Comando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposição em contrário, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais e estrangeiras.

Pidese canje.

On demande l'échange.

We ask for exchange.

Si richieri lo scambio.

O Alferes, nº 1

1983-

Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG.

Semestral

Quadrimestral (1983 - 1985) trimestral (1986 - Jun./2000)  
semestral (jul./2000 - )

Publicação interrompida de jan./95 a dez./96, jul./98 a dez./99, jul./01 a jun./02 e de jan. a dez./03 e de jul./08 a dez./09.

ISSN 0103-8125

1. Polícia Militar - Periódico I. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

CDD 352.205

CDU 351.11 (05)





## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** ..... 7

### **INFORMAÇÃO**

**PERFIL E CARACTERÍSTICAS DO PROFESSOR EFICAZ: abordagem exploratória no curso Técnico em Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais**

Hélio Hiroshi Hamada ..... 11-67

**DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À DISCUSSÃO PÚBLICA: O Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

Vanderlan Hudson Rolim

Andréia Santos ..... 69-106

**O CRIME DE DESERÇÃO ESPECIAL DO ART. 190 DO CÓDIGO PENAL MILITAR E SUA INAPLICABILIDADE NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL: BREVES REFLEXÕES**

Pedro Paulo Pereira Alves ..... 107-117

**NORMAS EDITORIAIS** ..... 119-122





## APRESENTAÇÃO.

*Este Volume 25 (número 66, janeiro/julho 2011) da Revista **O Alferes** revigora a Bibliopeia das Ciências Militares da Polícia Ostensiva com três produções políciológicas:*

**1. PERFIL CARACTERÍSTICAS DO PROFESSOR EFICAZ:** *abordagem exploratória no Curso Técnico em Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais, do Major PMMG Hélio Hiroshi Hamada, como proposta de investigação metodológica dos fatores de eficiência e eficácia típicos do Corpo Docente do Centro de Ensino Técnico da Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro, sob a égide das modernas teorias da Educação, específica e enfaticamente da Teoria do Efeito-Professor, com vistas na qualificação policial-militar do Soldado programada e empreendida pelo Curso Técnico em Segurança Pública;*

**2. DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À DISCUSSÃO PÚBLICA:** *o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública, do Capitão PMMG Vanderlan Hudson Rolim e Professora Andreia Santos, como análise da atuação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) da Cidade de Brumadinho-MG, com ênfase no desempenho do respectivo Segmento Policial-Militar coparticipativamente com Instituições e Agregados Socioculturais e Comunitários, em prol da autenticidade e legitimidade do ambiente comunitarista e democrático propício à Paz Social, mediante a diminuição da criminalidade — especialmente da violenta —, melhoramento da qualidade de vida e conquista de meios e modos cidadanizantes e republicanos indispensáveis ao refino do Índice de Desenvolvimento Humano;*

**3. O CRIME DE DESERÇÃO ESPECIAL DO ART. 190 DO CÓDIGO PENAL MILITAR E A SUA INAPLICABILIDADE NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL:** *breves*



*reflexões, do Primeiro-Sargento PMMG Pedro Paulo Pereira Alves, como demonstração da inaplicabilidade dos preceitos e particularidades do Crime de Deserção Especial aos cânones da Justiça Castrense Estadual, observados os fundamentos jurídicos do Direito Penal Mínimo (ou Intervenção Mínima), Fragmentaridade e Proporcionalidade.*

*Este Conselho Editorial — responsável pela análise e seleção de textos compatíveis com a credibilidade e consagração da Revista **O Alferes**, mediante os zelosos ofícios da Revisão de Pares indissociáveis de periódico científico credenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — cumprimenta o Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro, particularmente sua Seção de Pesquisa, pelo esmero desta Edição, e enaltece a preciosa qualidade metodológica e epistêmica dos três textos apresentados ao Sistema de Educação de Polícia Militar de Minas Gerais pelos respectivos Autores e aprovados para a composição policiológica deste relevante **Numero 66**.*

*Aos respeitáveis Leitores de **O Alferes**, a mais sumosa Colheita Intelectual!*

**O Conselho Editorial.**





# INFORMAÇÃO





# PERFIL E CARACTERÍSTICAS DO PROFESSOR EFICAZ: abordagem exploratória no curso Técnico em Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais

HÉLIO HIROSHI HAMADA

*Major da PMMG, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG, especialista em Segurança Pública pela Fundação João Pinheiro e em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública pela UFMG.*

**Resumo:** *Tendo como suporte teórico os estudos envolvendo o efeito-professor, destacando-se o professor como fator que faz diferença no desempenho dos alunos, procurou-se identificar este fenômeno no Curso Técnico em Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais, de modo a compreender os aspectos que envolvem a formação do profissional de preservação da Ordem Pública. Sob análise quantitativa e qualitativa, os resultados da investigação mostraram claramente que existem diferenças de eficácia entre os professores, sendo identificados ainda, o perfil, características e procedimentos associados ao melhor desempenho, os quais podem ensejar o debate acerca de práticas de aprendizado utilizadas pelo corpo docente.*

**Palavras-chave:** *Efeito-professor. Professor eficaz. Ensino. Segurança Pública. Educação Profissional.*

## 1 INTRODUÇÃO

A figura do professor eficaz traz consigo uma série de fatores e conceitos os quais têm levado pesquisadores à busca de explicações para as questões que envolvem o aprendizado. A interferência no desempenho dos alunos aponta para uma complexa

relação de condições e procedimentos na qual uns professores conseguem melhores resultados do que outros.

Por causa desta complexidade, é difícil encontrar condições ideais para observar cientificamente o desempenho dos professores. Têm-se alunos, professores e escolas diferentes, cada qual com suas características sociais, econômicas e políticas particularizadas. Apesar disso, estudos dessa natureza são demandados, principalmente em caráter governamental, onde é necessário medir constantemente os níveis de desempenho no ensino público.

As relações existentes entre instrutor e aprendiz são orientadas pelo que, hoje, no campo educacional, denomina-se de teoria do efeito-professor e do efeito-escola, identificados e desenvolvidos a partir de estudos realizados na busca pelo melhoramento escolar. Dentre os estudiosos dessa corrente, estão pesquisadores internacionais como Coleman [1970] (2008), Jencks [1972] (2008), Rutter et al [1979] (2008), Sammons [1999] (2008) e outros no cenário nacional. Destacam-se, também, Soares (2007) e Alves (2006), por meio dos quais se tem defendido uma idéia sobre a qual muito já se escreveu nas pesquisas educacionais, como, alguns professores, dentro de certas condições, têm sido eficazes em seu trabalho. Ainda, Brooke e Soares (2008) organizaram um extenso estudo acerca da origem e trajetórias da eficácia escolar.

Assim como no ensino regular aplicado nas escolas, a formação de profissionais de preservação da Ordem Pública tem suscitado vários debates acerca do seu desenvolvimento junto às academias de polícia. Nesse contexto, o presente artigo, procura estabelecer um recorte na formação desses profissionais da seguinte forma: a presença do efeito-professor na educação da Polícia Militar de Minas Gerais e os aspectos que interferem na formação profissional dos militares e que caracterizam o professor eficaz em uma instituição de ensino militar.

Dentro desse quadro, pretende-se demonstrar como o professor pode influenciar no desempenho do aluno e, ao mesmo

tempo, apontar formas para o aperfeiçoamento das práticas da educação nos estabelecimentos de ensino onde se trabalha com a formação de profissionais de Segurança Pública.

Para tanto, os dados analisados foram coletados junto ao Curso Técnico em Segurança Pública, sob administração do Centro de Ensino Técnico, pertencente à estrutura da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, onde os alunos se encontram em fase de preparação ao serviço policial-militar após o processo seletivo, momento em que recebe as noções básicas para exercer sua atividade profissional. Em que pese o sistema de educação profissional da PMMG estar estruturado em setores descentralizados na capital e no interior do estado, para a efetivação da coleta de dados, o estudo concentrou-se no corpo docente e discente do Curso Técnico em Segurança Pública/2006, realizado no Centro de Ensino Técnico da Academia de Polícia Militar em Belo Horizonte/MG, que estava composto por 958 alunos do sexo masculino e 250 do sexo feminino, iniciado no mês de agosto de 2006 e terminado no mês de junho de 2007.

Dessa forma, foi investigada a atuação dos professores, nas suas atividades em uma instituição policial-militar e no que eles representam para o aprendizado. Sua participação na formação do futuro profissional de preservação da Ordem Pública, suas atividades pedagógicas, as técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas em uma sala de aula, seu perfil acadêmico e profissional são algumas variáveis que foram exploradas.

Assim, partiu-se da premissa de que o bom desempenho dos estudantes não se reduz a uma situação única entre um professor e alunos, mas de fatores que, em certos contextos, estão associados a melhores aquisições dos alunos, e que podem ser detectados a partir de estudos da prática docente. Destaca-se, ainda, a utilização do método estatístico de análise de variância e aplicação de um modelo de regressão linear múltipla, o que trouxe maior solidez e segurança no tratamento e interpretação de dados coletados.

## 2 O EFEITO-PROFESSOR E SUA ABORDAGEM TEÓRICA

O professor é o ator principal nas decisões que envolvem o processo de ensino. Mesmo sem ter clareza do arbítrio que envolve suas escolhas, o professor é quem concretiza a definição didático-pedagógica a ser aplicada dentro da sala de aula. Produzir conhecimentos sobre esses aspectos e entender as qualidades e práticas que permitam analisar o professor eficaz é de fundamental importância para a reflexão acerca do caráter investigativo desenvolvido pela pesquisa em educação (CUNHA, 2003).

O desempenho do professor passa por situações particulares. Dubet (1997), ao estudar o assunto, menciona que existem professores fortes, que dão boas aulas, no entanto há outros que não conseguem ensinar e alguns que têm até medo de entrar em sala de aula. O autor destaca que a construção de uma relação escolar é *a priori* desregulada e cansativa, no sentido de que, a cada encontro, esta relação deve ser reconstruída. As regras do jogo, o interesse, as recompensas, tudo deve ser lembrado a cada aula. Isso faz lembrar que o professor encontra-se nesse contexto de pressões internas e externas do ambiente escolar.

Em outro momento, Dubet (1997) afirma que o professor exerce um efeito considerável sobre a performance de seus alunos e observa que *“há professores que ensinam muitas coisas a muitos alunos, há professores que ensinam muitas coisas a alguns alunos e há professores que não ensinam nada a nenhum aluno”*. São diferenças existentes entre os professores que, por sua vez, possuem muitos procedimentos explicativos.

A busca das respostas em torno do professor eficaz tem como bases empíricas os estudos que envolvem o efeito-escola e efeito-professor. O efeito-escola tem como objetivo mensurar a eficácia de escolas sob determinadas condições. O estudo do efeito-escola é mais utilizado para avaliar o desempenho de redes públicas com vistas a implementação de políticas de educação. Já o efeito-

professor busca o entendimento acerca do desempenho escolar e coloca em foco o professor, por entender que ele, apesar de não ser o responsável único, contribui significativamente no aprendizado. O efeito-professor pode ser estudado de modo particular ou fazer parte do contexto do efeito-escola.

É importante destacar que, na educação escolar, existem procedimentos intra e extraescolares os quais concorrem, em maior ou menor medida, no desempenho dos alunos. Como apresenta Soares (2007), além das características do **aluno**, determinadas por sua trajetória individual de vida, outras três estruturas são consideradas: a **escolar**, a **familiar** e a **social**.

Assim, Soares (2007) descreve o modelo e procura representar cada fator de forma categorizada (família, aluno, escola e sociedade) por entender que estes estão interligados e exige-se que cada variável seja tratada de modo adequado para que não ocorram falhas nas interpretações do fenômeno. Observa-se, conforme a FIG. 1, que o professor se encontra dentro da estrutura da escola como um ator relevante no aprendizado do aluno.

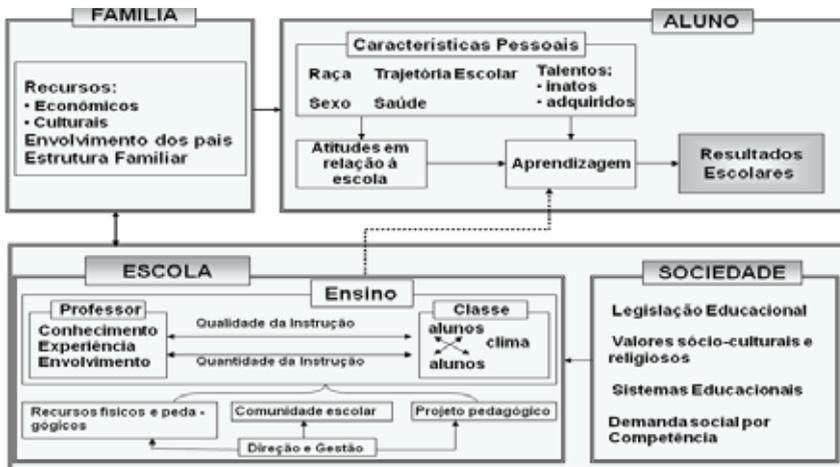


Figura 01 – Modelo conceitual dos procedimentos associados o aprendizado.

Fonte: Soares (2007:141)

Ao longo dos últimos trinta anos, as pesquisas acerca do efeito-escola e do efeito-professor foram sendo desenvolvidas, em grande parte, por pesquisadores anglo-saxões (COLEMAN, [1970] 2008; JENCKS, [1972] 2008; RUTTER et al [1979] 2008; SAMMONS, [1999] 2008). O Relatório Coleman, elaborado em 1966, foi um abrangente estudo envolvendo 645.000 estudantes em 4.000 escolas americanas. Esse foi o primeiro *survey* que procurou demonstrar, além da distribuição dos alunos por raça e etnia, as características das escolas que estariam relacionadas com a qualidade da educação.

No Brasil, as pesquisas em relação ao efeito-escola são relativamente recentes, e os estudos são baseados a partir da análise de dados coletados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Destacam-se também as importantes contribuições dos trabalhos realizados pelo Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME), criado em 1995, coordenado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, e que tem como objetivo produzir conhecimentos acerca de sistemas, projetos e medidas educacionais.

Novas metodologias de análise do efeito-escola foram incorporadas partir de meados dos anos 90, dentre as quais os estudos longitudinais, que possibilitaram tirar conclusões como a de que o desempenho dos alunos depende, conjuntamente, da estrutura escolar, familiar e das características dos próprios alunos (ALVES, 2007).

## **2.1 O efeito-professor e seus procedimentos explicativos**

Um dos grandes problemas para o estudo do efeito-professor está associado ao grau de subjetividade às quais as variáveis estão submetidas. A utilização da estatística trouxe maior confiabilidade à interpretação dos dados e pesquisadores começaram a estudar de maneira isolada os desempenhos das classes com a observação de

atitudes e práticas dos professores (MADAUS et al, [1980] 2008; HANUSHEK, 1971).

Em decorrência de tais aferições, importantes descobertas relacionadas ao efeito-professor emergiram e, a partir delas, puderam ser formulados alguns procedimentos explicativos, fundamentais para que a eficácia do professor pudesse ser mensurada e avaliada. São eles: oportunidades de aprender, tempo, taxa de respostas exatas às questões colocadas pelo professor, expectativas dos professores, *feedback*, tratamento de erros, atividades estruturadas, ensino frontal em grupos ou individual e, por fim, a combinação de procedimentos, conforme pode ser visualizado na FIG 2 (RUTTER et al, [1979] 2008; TEDDLIE e REYNOLDS, [2000] 2008). Apesar de estudados isoladamente, Bressoux (2003) afirma que os procedimentos adotados pelos professores eficazes são potencializados com a sua combinação, para assegurar comportamentos que levam ao sucesso escolar.



Figura 02 – Procedimentos explicativos para medir do efeito-professor  
Fonte: Hamada (2008:62)

### **3 ANÁLISE DO EFEITO-PROFESSOR NO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Uma vez apresentada a abordagem teórica do efeito-professor, caminha a investigação no sentido de particularizar a educação profissional na Polícia Militar e identificar o fenômeno no Curso Técnico em Segurança Pública.

#### **3.1 Fatores particulares da educação profissional no Curso Técnico em Segurança Pública**

Existem algumas particularidades que fazem com que a análise do efeito-professor na educação profissional da Polícia Militar tenha características próprias e, conseqüentemente, apresentem resultados diferentes dos estudos realizados em sistemas educacionais regulares<sup>1</sup>. Assim, algumas variáveis que seriam consideradas nos estudos similares em instituições educacionais, na presente análise exercem pouca influência, como, por exemplo, a própria delimitação do universo em um único centro de ensino, a excluir, neste aspecto, a comparação que é feita nas pesquisas de efeito-escola, que abrangem o desempenho de alunos de instituições diferentes, incluído o professor como uma das variáveis observadas.

Cabe, portanto, esclarecer que a presente análise não envolve o efeito-escola, uma vez que o estudo se concentra em um único centro de ensino. Todavia, como assinala Bressoux (2003), em um único estabelecimento de ensino é possível medir o efeito-professor ao comparar-se o desempenho de docentes em uma mesma turma e desses mesmos docentes em outras turmas, desde que sejam seguidos alguns cuidados metodológicos.

---

<sup>1</sup> Consideram-se sistemas educacionais regulares aqueles pertencentes aos da educação básica, que é formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio.

O primeiro desses cuidados é garantir a homogeneidade. Homogeneizar não significa que haverá alunos idênticos em cada turma, até porque isso seria impossível. Em termos científicos, isso significa um esforço do pesquisador para controlar o máximo possível de variáveis que, se não controladas, poderiam afetar o resultado do estudo. Uma variável não controlada poderia dificultar o “isolamento” do efeito-professor, ou seja, poderia competir com ele na explicação do bom ou mau desempenho do aluno.

No presente estudo, alguns fatores propiciaram a homogeneização dos grupos nos quais se buscou medir o efeito-professor. Em primeiro lugar, destaca-se o fator “seleção”. A seletividade nos sistemas educacionais é um fenômeno já amplamente estudado, desde a década de 80. A teoria de seletividade escolar indica que as escolas tendem a congregar crianças e adolescentes de um dado extrato social. Em outros termos, segundo essa teoria, alguns fatores estão embutidos no efeito-seleção. Para esclarecer o que diz a teoria, Alves (2006) explica que, no Brasil, as escolas são fortemente segmentadas por filtros socioeconômicos e culturais, que produzem um efeito de seleção em toda a rede escolar, que é o caso das escolas públicas federais que fazem seleção (Militar, Coltec e CEFET)<sup>2</sup> e nas escolas particulares. Isso não significa que eles selecionam os melhores alunos de um universo mais amplo, mas que elas selecionam os melhores de um dado extrato social. Soares e Andrade (2006:119) acrescentam que “a forma de seleção dos alunos das escolas federais, além de operar no âmbito cognitivo, influencia o seu nível socioeconômico, maior do que das outras escolas públicas”. Sendo assim, a observância do efeito-seleção tende a controlar fatores socioeconômicos e culturais de um dado segmento da sociedade.

---

<sup>2</sup> A autora refere-se a instituições de ensino de Minas Gerais: Colégio Militar, Colégio Técnico da UFMG e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Esse controle é importante, porque contribui para isolar fatores que poderiam impactar no desempenho dos alunos e impedi-los de interferir no efeito-professor. Como dito anteriormente, importantes estudos já mostraram que fatores relacionados, por exemplo, ao capital cultural dos alunos têm o efeito preponderante em seu desempenho escolar (SOARES, 2007). Assim, o efeito-seleção implica que esses fatores já estão embutidos na escolha e que todos os alunos, que passaram pelo processo seletivo derivam de um mesmo segmento social e, por isso, são muito semelhantes no que tange ao quadro social de origem. Assim, por terem sido selecionados para um número reduzido de vagas, acredita-se que ali estejam os melhores do seu extrato social.

A seleção que, no caso do Curso Técnico de Segurança Pública, é o concurso público é um aspecto importante porque por meio dela é possível fazer o controle na análise a respeito dos fatores associados aos níveis socioeconômicos e culturais dos alunos. Denota-se, numa comparação de seletividade, que a disputa para o acesso à carreira inicial de policial militar é maior do que o acesso aos cursos mais concorridos da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo o Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2005, a relação de candidato por vaga estava em 35, número este superior ao do curso de Medicina da UFMG que registrou 29 no vestibular de 2006, o que foi o mais concorrido dos cursos (MINAS GERAIS, 2008:39-40). Portanto, o acesso ao Curso Técnico de Segurança Pública é seletivo e, assim, considera-se que existe o efeito-seleção.

Os critérios para distribuição dos alunos nas turmas também foi um fator importante para a homogeneidade das turmas. Assim, após a fase de seleção feita por concurso público, o candidato selecionado passa à condição de aluno do Curso Técnico em Segurança Pública. Especificamente para o ano de 2006, os alunos foram distribuídos nas turmas de acordo com a classificação no concurso, ou seja, o 1º colocado na turma 01, o 2º colocado na turma 02, o 3º colocado na turma 03, e assim progressivamente até turma 35, retornando-

se à turma 01 para o próximo aluno. Procurou-se evitar que nas turmas houvesse apenas um discente do sexo feminino. Uma vez distribuídos por turma, os discentes foram classificados por ordem alfabética. Esta distribuição produziu uma homogeneidade nas turmas, suscitada pelo viés seletivo do próprio concurso público, estando o efeito-seleção presente na composição das turmas.

Uma vez ingressado no curso, o aluno, para ser aprovado, deve atingir uma pontuação mínima de 6,0 pontos em cada disciplina. Quem não alcança a pontuação mínima exigida é submetido a uma avaliação especial, o que é permitido para até três disciplinas. O sistema de avaliação do desempenho dos discentes no Centro de Ensino Técnico é realizado de forma padronizada cujas provas são iguais para todas as turmas, antecedidas por revisões de forma e conteúdo por parte do setor técnico do Centro. A mesma prova é realizada no mesmo dia e horário. Este procedimento permite que se reduzam possíveis vieses de “contaminação” (circular informações da prova antes de sua realização) que poderiam ocorrer caso fossem aplicadas em dias diferentes para turmas diferentes.

A organização pedagógica é outro fator de influência para a compreensão das atividades de educação realizadas no Centro de Ensino Técnico. Destacam-se, neste ponto, a padronização dos planos de curso e programas de disciplina que orientam os docentes na administração do conteúdo a ser ministrado. É oportuno destacar que, para cada disciplina, há um coordenador, escolhido dentre os professores da matéria que é designado pelo Centro de Ensino Técnico. O coordenador da disciplina é responsável por reunir os demais professores, ao antecipar o início das aulas, padronizar procedimentos didáticos previstos nos planos de curso e programas de disciplina.

O Curso Técnico em Segurança Pública/2006 foi realizado em um único local<sup>3</sup>. Os recursos físicos e pedagógicos

<sup>3</sup> Especificamente para os fins da presente pesquisa, foram considerados os alunos que realizaram o referido curso no Centro Técnico de Ensino, em Belo Horizonte, no ano de 2006.



disponibilizados para os alunos e professores em suas diversas atividades buscam atender a todas as turmas de forma equitativa, na medida de sua disponibilidade. Alguns recursos são disponibilizados de forma mais ampla, tais como a biblioteca e seu acervo e a Internet. Outros recursos, como audiovisuais e multimídia, são mais limitados e dependem de agendamento, o que pode restringir a atuação dos professores que deles fazem uso. Em compensação, há em todas as salas retroprojetor e quadro branco. Em linhas gerais e, segundo critérios técnicos educacionais relativos às condições necessárias para um funcionamento adequado e eficaz do ambiente de aprendizagem, o Centro conta com insumos escolares, materiais que, teoricamente, atendem às exigências técnico-pedagógicas do curso em si.

Assim, os fatores particulares de seletividade, distribuição de alunos nas turmas, avaliação padronizada, organização pedagógica e distribuição de insumos escolares aplicados no Curso Técnico em Segurança Pública propiciam a homogeneização de forma a permitir maior segurança na análise dos dados coletados.

### **3.2 A Identificação do Efeito-Professor no Curso Técnico em Segurança Pública**

Uma vez esclarecidos alguns fatores relativos à homogeneização, avança-se para a descrição dos procedimentos adotados para identificar o efeito-professor no desempenho dos alunos do CTSP. Assim, os dados considerados para a observação foram as notas finais que cada aluno recebeu em cada disciplina do curso. O objetivo inicial era conhecer, no conjunto das turmas, qual teria sido a média aritmética do total das notas para cada professor e a variabilidade dos valores individuais em torno dessa média, ou seja, conhecer o quanto cada nota individual se aproximava ou se distanciava da média final da turma em cada disciplina. Dessa forma, considera-se o professor eficaz aquele que consegue que seus alunos obtenham notas maiores e, ao mesmo tempo, reduz a variabilidade no interior da turma inibindo dispersões que em geral ocorrem em relação à média.

Os dados que compõem o estudo caracterizavam-se em parte da maneira como foi descrito acima. Diz-se em parte, porque as notas dos alunos, é claro, não foram medidas com escalas diferentes, pois as unidades para mensurá-las foram, como dito anteriormente, padronizadas pela equipe técnica do Centro e controladas pelos coordenadores de disciplina. Entretanto, as médias aritméticas em cada disciplina variam quase completamente.

Diante dessa especificidade, entendeu-se que o **coeficiente de variação** seria o instrumento mais adequado para medir as dispersões de dados do universo que se estudou. De acordo com o cálculo do coeficiente de variação, reza o modelo que, quanto menor o seu valor, mais homogêneo é o conjunto de dados, isto é, menos dispersão existe entre as notas de cada aluno nas respectivas disciplinas em relação à média aritmética total de cada turma e vice-versa, e quanto maior o seu valor, maior a dispersão. Assim, o coeficiente de variação foi calculado para cada disciplina do CTSP/2006, cujo resultado da TAB.1 apresenta aquelas com os maiores coeficientes.

**TABELA 1**  
**Coeficiente de variação das disciplinas do CTSP/2006 –**  
**Belo Horizonte-MG**

| <b>Disciplina</b>              | <b>Número de professores</b> | <b>Coeficiente de variação</b> |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| Ética Profissional e Cidadania | 13                           | 0,12                           |
| Análise Criminal               | 13                           | 0,12                           |
| Redação de documentos          | 06                           | 0,12                           |
| Chefia e Liderança             | 18                           | 0,12                           |
| Polícia Comunitária            | 14                           | 0,12                           |
| Prontosocorrismo               | 13                           | 0,13                           |
| Informática Aplicada           | 10                           | 0,15                           |

Fonte: Dados da pesquisa

A simples observação dessas discrepâncias não é suficiente para se identificar os fatores que poderiam estar determinando as diferenças. Foi isso que motivou a busca de um modelo de análise que pudesse esclarecer o que poderia estar impactando direta e linearmente o desempenho dos alunos do CTSP. Dito de outra forma, seria necessário encontrar um modelo que medisse a dependência funcional entre duas ou mais variáveis aleatórias. Foi assim que se chegou ao modelo estatístico denominado de **Regressão Linear**.

O referido modelo define-se de duas maneiras: regressão linear simples e regressão linear múltipla. Esta, diferentemente da primeira, envolve três ou mais variáveis, algumas com a função de preditoras. Tem-se, no modelo, uma variável, chamada de **dependente**, (**Y**), que sofre influência de outras variáveis (**independentes**) de forma simultânea e dificulta, ao analista, identificar qual dessas variáveis tem mais ou menos peso na determinação do fenômeno.

No presente estudo, o fenômeno investigado envolve a nota do aluno, a média da turma e a relação entre nota e média. A nota é a variável dependente (**Y**). Como dito anteriormente, a literatura educacional já indicou que vários fatores podem interferir no desempenho do aluno. Dos fatores identificados com esse poder, destacam-se os relativos à família (herança, capital cultural, condições socioeconômicas), os concernentes à escola (condições dos estabelecimentos de estudo, liderança do gestor, qualificação docente e outros), os que tangem à comunidade (meio ambiente de onde os alunos e professores advêm) e os que se ligam diretamente ao aluno (motivação, dedicação, projeto e expectativa para o futuro).

Muitos desses fatores têm sentido quando se investiga a educação formal, em especial, o ensino regular. Aliás, a maioria dos estudos enfatiza um ou outro, ou os combina para analisar os resultados educacionais do país, em termos de aprendizagem, de

sucesso ou fracasso na escolarização. Entretanto, para a presente situação, alguns desses fatores não teriam qualquer importância para determinar o desempenho do aluno aspirante à carreira de policial. Outros já estariam embutidos na própria seleção, a homogeneizar, de certa forma, o conjunto de alunos que foram selecionados naquele ano. E tem, também, um fator que é muito específico para o conjunto estudado, a saber: o fator motivação que está ligado diretamente ao aluno.

No CTSP, espera-se que a motivação seja o fator mais determinante para o bom desempenho dos alunos, uma vez que, nesse caso específico, só a possibilidade de estar quase integrado em uma carreira profissional já é, em si, um fator que mobiliza os alunos a buscar bom desempenho. O curso do CTSP ainda faz parte do processo seletivo. Pode-se dizer que o aluno, quando chega ao curso, deu um passo para ingressar na carreira, ou seja, ele está com “um pé dentro da corporação”. A aprovação no curso é condição *sine qua non* para que o segundo passo seja dado. Nesse sentido, é legítimo afirmar que a motivação tem o mesmo peso para todos os alunos.

Entretanto, ainda que haja tantos fatores que os aproximem, é visível a dispersão que existe em termos de notas e de turma para turma. O que poderia explicar essas diferenças? A resposta encontra-se centrada na figura do professor, pois é o único fator sujeito a uma grande variabilidade, pois todos os outros fatores internos (condições materiais do Centro) são iguais para todas as turmas, como verificado anteriormente. Já os professores não o são. Estes têm formações diferenciadas. Uns são da própria polícia, mas há um bom número que não são, logo, não estão totalmente sujeitos à cultura interna da organização. Alguns têm mais tempo de sala de aula que outros. Parte deles desenvolve habilidades específicas para lidar com os alunos e assim por diante.

Nesse sentido, estimou-se que a análise de **regressão linear**

**múltipla** fosse o modelo mais adequado para estudar a influência das variáveis independentes sobre a dependente (nota e média da turma), porque permite eliminar a tendenciosidade derivada em relação a variáveis independentes que poderiam afetar substancialmente a variável dependente (Y), a nota do aluno. Se fosse seguir a risca a expectativa de que o que determina o bom desempenho do aluno é a sua motivação (possibilidade de ingressar na carreira policial em poucos meses), possivelmente estaria se negligenciando o fator professor nessa relação entre motivação (X) e desempenho (Y), ou o fator situação no curso que inclui aqueles que ingressaram no curso pelo concurso e aqueles que ali estão por liminar judicial.

Assim, a análise de regressão múltipla possui a característica de obter o mais alto relacionamento explicativo com o mínimo de variáveis independentes, sobretudo em virtude do custo na obtenção de dados para muitas variáveis e também pela necessidade de observações adicionais para compensar a perda de graus de liberdade decorrentes da introdução de variáveis independentes. Estabeleceu-se, então, como variável dependente a nota final do aluno na disciplina, e como variáveis independentes: professor, a nota do aluno na seleção do concurso, sexo e a condição de inclusão no curso. Acerca das variáveis independentes, observa-se que as notas que os alunos tiram na seleção, se alta ou baixa, criam expectativas muito positivas de que eles se saíram melhor no curso. Da mesma forma, conforme (MUNIZ, 1999), o sexo, ser homem ou mulher, na carreira policial, tem criado expectativas de que homens se sairiam melhor, sobretudo nos conteúdos que reforçam o *ethos* da masculinidade da profissão (trabalho de homem, fortes, corajosos). A situação de como os alunos se encontram no curso, também. O fato de existirem alunos que entraram por força de uma liminar judicial e contrariaram o resultado das provas da seleção pública tem um peso que precisa ser medido que pode influenciar no resultado final.

Com base nos dados elencados, estruturou-se a seguinte equação:

$$Y_{ij} = b_0j + b_1[\text{seleção}]_i + b_2[\text{sexo}]_i + b_3[\text{situação}]_i + e_{ij}$$

Onde:  $b_0j$  = professor

$Y_{ij}$  = Nota do aluno

$i$  = aluno

$j$  = disciplina

$e$  = erro aleatório

**Seleção** = nota de seleção no concurso

**Sexo** = masculino (1) e feminino (2)

**Situação** = inclusão normal no curso (1) ou mediante liminar judicial (0)

Cabe esclarecer que no modelo estatístico foi utilizada a estratégia de incluir as variáveis com a análise da contribuição ou significância dos coeficientes de regressão de cada uma das variáveis independentes do modelo, com a eliminação da variável independente menos significativa. Portanto, foi incluída no modelo uma variável indicadora e tomou-se - em todos os casos - como categoria de referência, **o professor cuja turma teve a menor nota média**. Assim, o símbolo  $b_0j$  refere-se a esse conjunto de variáveis indicadoras que identificam os professores das turmas de cada disciplina, onde se tomou o professor cujos alunos tiveram a menor nota média como referência.

Para captar a influência dos diferentes professores na nota dos alunos, objetivo central deste trabalho, foi também necessário definir as variáveis indicadoras. Tendo, em todos os casos, o professor cuja turma teve a menor média como referência, garantiu-se que a medida do efeito de cada professor fosse sempre positiva, facilitando, assim, o entendimento dos dados. A seguir, criaram-se tantas variações indicadoras quantas necessárias para representarem os outros professores da disciplina além daquele tomado como

referência. Um exemplo ilustra a situação. Se em uma disciplina há 5 turmas com 5 professores distintos e a turma do professor 3 é a de menor desempenho, as variáveis indicadoras referentes aos outros professores são definidas por:

$$\text{Prof}_i = \begin{cases} 1 & \text{se o aluno é da turma } i \quad i = 1,2,4,5 \\ 0 & \text{se o aluno é de outras turmas} \end{cases}$$

Ou seja os coeficientes Prof 1, Prof 2, Prof 4 e Prof 5 indicam o número de pontos que cada um dos professores 1, 2, 4 e 5 acrescentam a seus alunos depois de considerados os efeitos da nota do aluno no exame de seleção, seu sexo e sua situação. Em suma, o uso dessa variável no modelo ajuda a reduzir a tendenciosidade para cima ou para baixo de outras variáveis explicativas que acabam por justificar o melhor o desempenho, dada a expectativa que se tem delas.

Dessa forma, a regressão linear múltipla foi aplicada nas sete disciplinas de maior coeficiente de variação apresentadas no CTSP/2006 e chegou-se a um conjunto de dados que permitiu identificar os professores de forma escalonada de acordo com maior nota média nas turmas e a variação entre elas.

Ao tomar-se como exemplo a Disciplina de Polícia Comunitária, observa-se a construção gráfica e tabular dos dados de acordo com o modelo proposto. Verifica-se que a maioria das notas médias ficou abaixo de 8,0 pontos, sendo a menor média próxima de 6,0 pontos, que é o caso do professor Prof8.

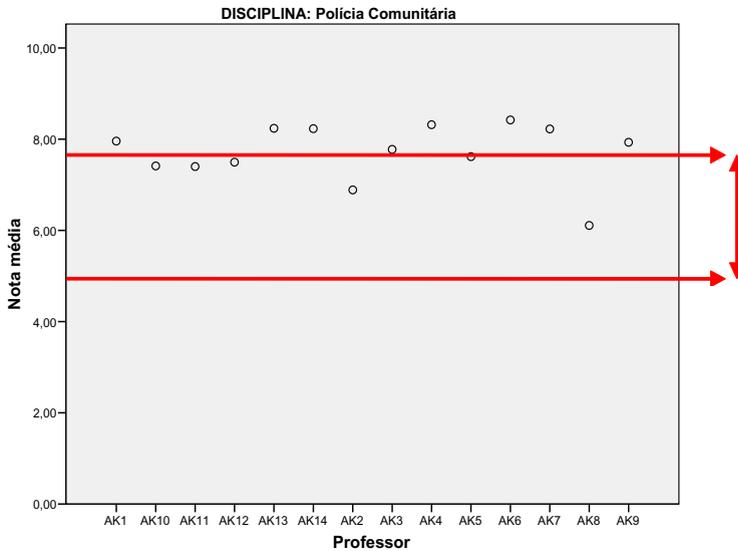


GRÁFICO 01 – Nota média por professor na Disciplina de Polícia Comunitária do CTSP/2006, Belo Horizonte.

Fonte: dados da pesquisa

A Disciplina de Polícia Comunitária apresenta um efeito professor significativo como se pode ver na TAB.02. Os resultados da ANOVA mostram que, em primeiro lugar, as variáveis (sexo e nota de entrada) não têm significância estatística. Mostra também que há diferenças significativas entre as notas dos alunos dos professores pesquisados na disciplina de Polícia Comunitária. As diferenças das notas médias de cada professor foram captadas tendo como referência o **Prof8**. Com exceção da nota média do Prof2, todas as outras tiveram significância estatística. Em relação ao professor de referência, quase todos os demais tiveram desempenho bem superior. Sete deles acrescentaram à nota de seus alunos valores acima de 1,0 ponto no desempenho dos alunos e cinco outros acrescentaram mais de 2,0 pontos, chegando-se até a 2,31 pontos como é o caso do Prof13, o que representa uma grande diferença em relação ao professor de referência.

TABELA 02

**Quadro de variáveis do modelo de regressão da Disciplina de Polícia Comunitária do CTSP/2006, Belo Horizonte.**

| Variáveis do modelo | Coeficientes |             | Sig.  |
|---------------------|--------------|-------------|-------|
|                     | Beta         | Erro Padrão |       |
| Constante           | 6,930        | 0,664       | 0,000 |
| Prof13              | 2,316        | 0,393       | 0,000 |
| Prof6               | 2,288        | 0,452       | 0,000 |
| Prof4               | 2,243        | 0,391       | 0,000 |
| Prof7               | 2,210        | 0,392       | 0,000 |
| Prof14              | 2,206        | 0,455       | 0,000 |
| Prof9               | 1,955        | 0,395       | 0,000 |
| Prof1               | 1,896        | 0,456       | 0,000 |
| Prof3               | 1,760        | 0,453       | 0,000 |
| Prof5               | 1,487        | 0,448       | 0,001 |
| Prof10              | 1,383        | 0,452       | 0,002 |
| Prof11              | 1,310        | 0,392       | 0,001 |
| Prof12              | 1,306        | 0,454       | 0,004 |
| Prof2               | 0,887        | 0,454       | 0,051 |
| Sexo                | -0,064       | 0,054       | 0,231 |
| Situação            | -1,148       | 0,376       | 0,002 |
| Nota de entrada     | 0,479        | 0,423       | 0,259 |

Fonte: dados da pesquisa

Assim se procedeu nas demais disciplinas com maior coeficiente de variação do CTSP/2006, onde se observou o desempenho dos alunos de acordo com os diversos professores. Em todas as disciplinas analisadas (Ética Profissional e Cidadania, Análise Criminal, Redação de documentos, Chefia e Liderança, Polícia Comunitária, Pronto Socorrismo e Informática Aplicada), foram observadas diferenças evidenciando a presença do efeito-professor. Os respectivos resultados, além de identificarem os professores eficazes, proporcionaram condições para estabelecer comparações que permitissem estabelecer os perfis e características que os diferenciam em relação aos demais.



## 4 PERFIL E CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA PÚBLICA DE 2006

Para a análise do perfil dos professores do Curso Técnico em Segurança Pública, foram analisados os dados relativos ao conjunto de fatores que definem o professor eficaz de acordo com a teoria do efeito-professor. Assim, os dados receberam tratamento de modo a expressar quais são as características que se destacam dentre os professores selecionados para a pesquisa.

### 4.1 Construção da análise de dados das características do professor eficaz

Não há dúvida do quão difícil é definir o que seja um “professor eficaz”. Tal definição independe apenas da vontade do gestor, mas ela está vinculada à cultura do contexto ou das instituições que pretendem defini-la (SAMMONS, [1999] 2008). Ao transportarem-se os conceitos para o contexto do CTSP, observa-se que o professor eficaz deve ter uma série de peculiaridades destituídas de qualquer sentido em instituições de ensino regular e vice-versa. Todavia, numa instituição que se rege por regulamentos fortemente hierarquizados, há grandes chances de se ver um professor eficaz sob essa ótica e não por outra.

Por meio do procedimento estatístico de regressão linear múltipla, foram identificados os professores do CTSP/2006 que obtiveram melhores desempenhos segundo os critérios de eficácia do efeito-professor. Mas tal procedimento ajuda a dizer existe ou inexistente efeito-professor. Ele não consegue dizer quem é o professor que *pode ser mais ou menos eficaz em relação à parte dos alunos, reduzir ou aumentar diferenças entre alunos fortes e fracos* (BRESSOUX, 2003). Deve-se, no entanto, reconhecer que um dos pontos fortes da análise de regressão linear múltipla é que, por meio dela, é possível identificar o professor que faz diferença



no aprendizado de seu aluno, em face dos valores que ele agrega na formação desses alunos.

Na presente abordagem exploratória, apresentam-se os aspectos que qualificam o professor que se destacou como aquele que atinge a melhor eficácia no desempenho de seu ofício de ensinar. Para dar qualidade aos dados identificados na regressão linear múltipla, buscou-se conhecer o perfil e as características dos professores que estavam envolvidos com as disciplinas que tiveram os maiores coeficientes de variação, conforme TAB.1. Ali estavam concentrados os professores que fazem diferença. Mas quem são eles? Que experiências possuem de docência? Quantos anos têm de polícia? Quanto tempo de formação? São mais do sexo masculino ou do feminino? São civis ou policiais militares? Não se terá com isso uma pesquisa qualitativa em *strictu senso*, mas uma qualificação dos dados que foram quantificados e que revelaram tendências e aptidões.

O instrumento usado na coleta desses dados foi o questionário aplicado a professores das disciplinas cuja variabilidade foi analisada anteriormente. Foram selecionados seis professores para cada disciplina, com exceção de Redação de Documentos, em que foi selecionado um a menos em decorrência do pequeno número de professores da disciplina, os quais seguiram a seguinte classificação de eficácia: baixa, média e alta. Essa classificação se deu, como dito anteriormente, com base na análise de variância, cujo modelo de regressão linear múltipla aponta para um conceito de eficácia pautado no efeito que cada professor pode ter em relação ao desempenho de seu aluno. Assim, a investigação procurou distinguir condições e atitudes de professores do Curso Técnico em Segurança Pública, em uma análise comparativa entre os professores dos três grupos, com atenção especial para o grupo de professores de alta eficácia.

Dessa forma, a escolha recaiu sobre os professores das sete disciplinas analisadas na TAB.1, que acrescentaram mais e menos notas aos seus alunos, além daqueles que tiveram uma participação moderada. Como o professor de referência foi aquele que obteve a menor média, este sempre foi enquadrado no grupo de baixa eficácia.

Do total de 41 professores selecionados, 31 responderam os questionamentos, cuja análise de dados recaiu sobre 09 professores do grupo de baixa eficácia, 10 do grupo de média eficácia e 12 do grupo de alta eficácia. Assim, os dados coletados foram agrupados nos seguintes aspectos: experiência, conhecimento, envolvimento e gestão da matéria por parte do professor.

**QUADRO 01 - Grupo de professores de baixa eficácia no  
CTSP/2006 – Belo Horizonte-MG**

| <b>DISCIPLINA</b>            | <b>PROFESSOR</b> | <b>COEFICIENTE</b> |
|------------------------------|------------------|--------------------|
| <b>Ética</b>                 | Prof1            | 0,489              |
|                              | Prof5            | Ref                |
| <b>Polícia Comunitária</b>   | Prof 8           | Ref                |
|                              | Prof2            | 0,887              |
| <b>Análise Criminal</b>      | Prof11           | Ref                |
|                              | Prof3            | 0,013              |
| <b>Pronto Socorrismo</b>     | Prof1            | 0,279              |
|                              | Prof2            | Ref                |
| <b>Redação de Documentos</b> | Prof1            | Ref                |
| <b>Chefia e Liderança</b>    | Prof10           | 0,175              |
|                              | Prof18           | Ref                |
| <b>Informática Aplicada</b>  | Prof3            | Ref                |
|                              | Prof5            | 1,424              |

Fonte: Dados da pesquisa

**QUADRO 02 - Grupo de professores de média eficácia no CTSP/2006 – Belo Horizonte-MG**

| DISCIPLINA            | PROFESSOR | COEFICIENTE |
|-----------------------|-----------|-------------|
| Ética                 | Prof4     | 2,279       |
|                       | Prof7     | 2,153       |
| Polícia Comunitária   | Prof3     | 1,760       |
|                       | Prof9     | 1,955       |
| Análise Criminal      | Prof12    | 0,370       |
|                       | Prof7     | 0,538       |
| Pronto Socorrismo     | Prof7     | 0,617       |
|                       | Prof9     | 0,606       |
| Redação de Documentos | Prof3     | 0,711       |
|                       | Prof4     | 0,725       |
| Chefia e Liderança    | Prof17    | 0,930       |
|                       | Prof2     | 0,834       |
| Informática Aplicada  | Prof4     | 2,231       |
|                       | Prof6     | 1,979       |

Fonte: Dados da pesquisa

**QUADRO 03 - Grupo de professores de alta eficácia no CTSP/2006 – Belo Horizonte-MG**

| DISCIPLINA            | PROFESSOR | COEFICIENTE |
|-----------------------|-----------|-------------|
| Ética                 | Prof12    | 2,555       |
|                       | Prof9     | 2,532       |
| Polícia Comunitária   | Prof4     | 2,243       |
|                       | Prof6     | 2,288       |
| Análise Criminal      | Prof4     | 0,890       |
|                       | Prof6     | 0,782       |
| Pronto Socorrismo     | Prof4     | 1,587       |
|                       | Prof5     | 1,381       |
| Redação de Documentos | Prof2     | 1,717       |
|                       | Prof6     | 1,413       |
| Chefia e Liderança    | Prof8     | 1,430       |
|                       | Prof13    | 1,296       |
| Informática Aplicada  | Prof8     | 2,321       |
|                       | Prof9     | 2,969       |

Fonte: Dados da pesquisa



## 4.2 Análise de aspectos relacionados à experiência do professor

Nesta análise, o professor, como sujeito e o fator determinante do desempenho do aluno, foi observado sob as seguintes características: se eram civis ou policiais militares, sexo, faixa etária, tempo de serviço (de docência ou não), tempo de atividade docente, tempo de docência no Centro de Ensino Técnico e exercício de atividade de docência em outra instituição de ensino superior ou técnico.

A questão inicial era saber se o nível de eficácia do docente teria alguma relação com a sua condição no Centro, ou seja, teria a ver com o fato de o professor ser civil ou policial militar, pelo que se chegou à seguinte configuração da TAB.3.

Na comparação, pode-se observar que a grande maioria dos professores pesquisados (26 num total de 31 professores) é de policiais militares, com uma presença minoritária de civis (apenas 5). Chama-se a atenção para o fato de que, dos 12 professores classificados como altamente eficazes, 9 são militares e 3 civis. Ainda que proporcionalmente tenham mais civis do que militares nessa categoria, os dados impossibilitam dizer se o fato de não ser policial militar seria um fator favorável à eficácia. E, ainda, a construção do perfil usando as categorias “civil” ou “policial militar” fica um pouco prejudicada pelo fato de que há disciplinas nas quais são tratados assuntos exclusivamente de técnicas policiais, que dificilmente haverá participação de civis entre os professores da disciplina, o que dificulta a comparação.



**TABELA 03**  
**Participação de civis e policiais militares no**  
**corpo docente do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO        | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| POLICIAL MILITAR | 9              | 8              | 9             | 26    |
| CIVIL            | 0              | 2              | 3             | 5     |
| TOTAL            | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Outra categoria que foi observada na análise do professor tinha como alvo saber se o sexo do docente teria relação com sua eficácia em sala de aula. Os dados obtidos foram os da TAB.4. A considerar proporcionalmente o número de homens e de mulheres que aparecem como docentes com alta eficácia, as mulheres despontam como aquelas que, em sua categoria, mais se destacaram. De 11 professoras, 5 figuram entre as de alta eficácia, ou seja quase a metade, enquanto que, para os homens, esse número está ligeiramente abaixo. De 20, apenas 7 aparecem como altamente eficazes, ou seja quase um terço. Chama a atenção o fato de que os homens, proporcionalmente, encontram-se em maior número entre os professores com baixa eficácia (6 em 20), aliás representam igualmente quase um terço do total de homens, enquanto, na categoria mulher, esse número cai para menos da metade (3 em 11). Ainda que não se possa ter uma posição definitiva, a persistência das proporções entre homens (6,7,7,) e entre as mulheres (3,3,5) pode-se inferir que as mulheres, proporcionalmente, apresentam melhor eficácia do que os homens como docentes.

**TABELA 04**  
**Corpo docente por sexo no CTSP/2006**  
**– Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|-----------|----------------|----------------|---------------|-------|
| MASCULINO | 6              | 7              | 7             | 20    |
| FEMININO  | 3              | 3              | 5             | 11    |
| TOTAL     | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Outra questão que fez parte da análise do professor eficaz tratava da idade do docente. Teria ela alguma influência na definição de eficácia do docente? Como a variação era grande, com idades de 21 a mais de 50 anos, transformou-se essa amplitude em intervalos, com a variação de 9 anos cada um. Chegou-se, assim, ao resultado da TAB.5.

Fica claro que a maior concentração de docentes pesquisados está entre 31 e 40 anos, ou seja, quase a metade dos 31 professores encontra-se nessa faixa etária, num total de 18 professores. Desse total, 6 se destacam como tendo alta eficácia. Entretanto, essa mesma proporção aparece na faixa etária de 21 a 30 anos, na qual mais da metade do segmento (4 em 7) também se encontra entre os mais eficazes. Já os 4 professores que se situam entre 41 e 50 anos foram todos classificados como de baixa eficácia. Em compensação, os dois únicos acima de 50 são considerados altamente eficazes. Essa variação mostra que a idade tem pouco a ver com o perfil do docente de alta eficácia. O fato dos professores que se encontram entre 41 e 50 estarem todos na classificação de baixa eficácia pode ser explicado pelo pequeno número de respondentes, que acabou por concentrá-los nessa categoria.

**TABELA 05**  
**Faixa etária do corpo docente no**  
**CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO        | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| De 21 a 30 anos  | 1              | 2              | 4             | 7     |
| De 31 a 40 anos  | 4              | 8              | 6             | 18    |
| De 41 a 50 anos  | 4              | 0              | 0             | 4     |
| Acima de 50 anos | 0              | 0              | 2             | 2     |
| TOTAL            | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Outra questão importante e frequente nos estudos sobre prática docente costuma destacar a experiência profissional como um fator determinante para o bom desempenho do docente. Como o CTSP se trata de um curso técnico, decidiu-se incluir no tempo de serviço não só o tempo de trabalho na docência, mas também o tempo de trabalho como policial e, no caso dos civis, a sua atividade laboral correspondente. Após a coleta dos dados, obteve-se o resultado da TAB.6.

Aqui também é preciso analisar os dados em termos proporcionais. Ao tomar como ponto de partida os totais, percebe-se que, dos 12 docentes que se encontram no grupo de alta eficácia, mais da metade é formada por profissionais que têm entre 11 e 15 anos de trabalho o que corresponderia, no caso da Polícia Militar, à metade de sua carreira em relação ao tempo na atividade<sup>4</sup>. Essa proporção se reforça quando se verifica que, dentro desse intervalo, eles são ainda mais do que a metade. Ainda que a amostra impeça afirmar com segurança essa influência, os dados obtidos permitem inferir que o tempo de serviço pode explicar parcialmente o desempenho eficaz dos professores, uma vez que há quatro observações que contestam a

<sup>4</sup> Na Polícia Militar de Minas Gerais, o tempo de serviço é de 30 anos de atividade.

hipótese do tempo como determinante. Sete professores com 11 e até trinta anos de serviço foram considerados de baixa eficácia.

**TABELA 06**  
**Tempo de trabalho do corpo docente no CTSP/2006**  
**– Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO       | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL     |
|-----------------|----------------|----------------|---------------|-----------|
| Até 05 anos     | 0              | 3              | 1             | 4         |
| De 06 a 10 anos | 2              | 1              | 2             | 5         |
| De 11 a 15 anos | 3              | 3              | 7             | 13        |
| De 16 a 20 anos | 0              | 3              | 1             | 4         |
| De 21 a 25 anos | 3              | 0              | 0             | 3         |
| De 26 a 30 anos | 1              | 0              | 0             | 1         |
| Mais de 30 anos | 0              | 0              | 1             | 1         |
| <b>TOTAL</b>    | <b>9</b>       | <b>10</b>      | <b>12</b>     | <b>31</b> |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao caminhar mais em relação à experiência docente, investigou-se o tempo que o professor tem na atividade de ensino. Os resultados foram diferentes e revelam que o exercício da docência, sim, pode alterar o quadro, como se pode visualizar na TAB.7.

O tempo de docência se mostra fundamental no que concerne à eficácia dos professores. Dos 12 considerados de alta eficiência, 10 atuam como docentes em um intervalo que varia de 6 e há mais de 15 anos. Segundo Nussbaum (1992)<sup>5</sup>, os professores dão explicações cada vez melhores com o tempo. Os anos de treinamento e de prática docente levam a ter mais consciência daquilo que ensinam, por desenvolver em alguns, uma espécie de uso econômico e funcional da linguagem. Ao corroborar com a teoria citada, nos

<sup>5</sup> *Apud* Gauthier et al (1998)

dados coletados, percebe-se uma grande diferença ao observar-se que os professores de maior eficácia possuem um tempo maior de atividade, ou seja, possuem maior experiência de ensino. Neste grupo, a maioria dos professores com alta eficácia possui mais de 06 anos de docência, o que indica a influência direta desse fator no desempenho do professor. O contrário ocorre com os professores de menor eficácia, que possuem menos experiência docente. Nesse último grupo, a maioria dos professores possui de 01 a 05 anos de experiência de atividade docente.

**TABELA 07**  
**Tempo de atividade docente dos professores do**  
**CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO          | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|--------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| Menos de 01 ano    | 0              | 1              | 0             | 1     |
| De 01 a 05 anos    | 7              | 5              | 2             | 14    |
| De 06 a 10 anos    | 0              | 3              | 8             | 11    |
| De 11 a 15 anos    | 0              | 0              | 1             | 1     |
| Há mais de 15 anos | 2              | 1              | 1             | 4     |
| TOTAL              | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao considerar-se que a docência só no CTSP, pode-se ver que há uma diferença entre os que ali lecionam menos tempo com os que estão há mais tempo na docência como revela a TAB.8.

A docência no Centro de Ensino Técnico possui as suas peculiaridades, conforme relatado ao longo do presente artigo. Portanto, a experiência de docência nesse Centro pode ser indicador de fator que possa influenciar no desempenho de seus alunos. Percebe-se, pelos dados acima, que se reduz o número de professores de pouca e média eficácia à medida que aumenta o tempo de experiência. Desse modo, ao observar os dados coletados, mais uma vez evidencia-se

que a experiência de docência tem influência no desempenho do professor. Dos 12 professores pesquisados considerados como tendo alta eficácia, a metade tem de 06 a 10 anos de docência no CTSP, enquanto que os de menor eficácia, 9 entre 22, possuem de 01 a 05 anos de experiência no referido Centro.

TABELA 08

**Tempo docência no Centro de Ensino Técnico dos  
professores do CTSP 2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO       | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|-----------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| Menos de 01 ano | 0              | 2              | 0             | 2     |
| De 01 a 05 anos | 9              | 7              | 6             | 22    |
| De 06 a 10 anos | 0              | 1              | 6             | 7     |
| Mais de 10 anos | 0              | 0              | 0             | 0     |
| TOTAL           | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Em última análise acerca dos aspectos relacionados à experiência do professor, foi verificado se os professores que possuíam experiência em outra instituição, fosse de ensino superior ou técnico, teriam desempenho muito diferenciado em relação àqueles que só atuavam no CTSP. Obteve-se o resultado da TAB.9.

Do total de docentes, 12 ensinam em outra instituição e 19 não. Entretanto, o número dos que são classificados como de alta eficácia, é o mesmo, ou seja, 6 para cada situação. O resultado se altera, entretanto, quando se observam os professores de média e baixa eficácia. Nesses dois casos, os que lecionam em outra instituição estão em menor número, praticamente a metade daqueles que só lecionam no CTSP. Isso permite inferir que a experiência de docência ampliada, com outro público e outra clientela, dá ao docente maior habilidade para lidar com turmas diferentes, com perfis diferentes.

**TABELA 09**

**Experiência docente em outra instituição de ensino pelos professores do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|-----------|----------------|----------------|---------------|-------|
| SIM       | 3              | 3              | 6             | 12    |
| NÃO       | 6              | 7              | 6             | 19    |
| TOTAL     | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

### **4.3 Análise de aspectos relacionados ao conhecimento do professor**

Nesta análise, os levantamentos foram direcionados para o conhecimento acadêmico do professor e ao domínio da matéria ministrada em sala de aula. Para tanto, na área acadêmica, a titulação e a conclusão de cursos de pós-graduação foram observados. Tornou-se importante também analisar qual é a percepção do professor em relação ao domínio da sua própria matéria para ministrar as aulas. Passa-se, assim, à análise dos dados que tratam dessas questões.

A questão primeira é saber se o fato de cursar pós-graduação seria um indicador daqueles que apresentaram alta eficácia. Esta é também outra máxima da formação docente, a saber: que anos de formação diferenciada possam melhorar o desempenho dos professores em salas de aula. Chegou-se ao resultado da TAB.10.

Dos 31 docentes, 24 possuíam curso de pós-graduação. Entretanto, em termos proporcionais, há pouca diferença em relação à eficácia de pós-graduados ou não. Pouco menos da metade dos 24 docentes pós-graduados foi classificada como de alta eficácia. O mesmo ocorreu com os 7 sem pós-graduação. O esquema explicativo repete-se para as três categorias, ou seja, o fato de ter ou não pós-graduação os iguala tanto como o tempo de serviço, tal como assinalado anteriormente.

TABELA 10

**Possuidores de pós-graduação no corpo docente do  
CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO | BAIXA<br>EFICÁCIA | MÉDIA<br>EFICÁCIA | ALTA<br>EFICÁCIA | TOTAL |
|-----------|-------------------|-------------------|------------------|-------|
| SIM       | 6                 | 8                 | 10               | 24    |
| NÃO       | 3                 | 2                 | 2                | 7     |
| TOTAL     | 9                 | 10                | 12               | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

A inferência que se faz sobre os dados revelados remete a uma reflexão não propriamente sobre se possuir ou não uma pós-graduação seja um componente para medir a eficácia do professor, mas, sim, em relação à qualidade desses cursos às que os docentes frequentam. Assim, de forma inicial, os dados revelam inexistir diferença significativa de eficácia entre os professores que possuem pós-graduação. Porém, é possível inferir que tais dados, por meio de uma análise interpretativa mais aprofundada e direcionada, que também exige a coleta de novos dados, esses conhecimentos adicionais do professor podem ser potencializados.

Ao aprofundar-se mais na investigação sobre o conhecimento acadêmico do professor, foi verificado se havia alguma relação entre a titulação e a eficácia professoral, como se pode ver na tabela TAB.11.

Ao compararem-se os graduados com os que têm especialização, fica claro que, respeitadas as devidas proporções, em ambos os casos, a baixa eficácia, somada à média eficácia, representa a metade dos docentes de cada uma das categorias. Nesse par, parece que não há muita diferença. Quando se compara com os 3 que têm mestrado, a diferença é ainda muito tímida. Só um deles se situa entre os de alta eficácia e os outros dois na média. Infere-se que,

para essa amostra estudada, a titulação representa um diferenciador sem significação. Ressalta-se que, tal qual comentado nos resultados da TAB.10, os da TAB.11 podem levar a uma discussão mais abrangente do que simplesmente o fato de o docente possuir ou não uma titulação, e sim a uma amplitude maior em relação à qualidade da titulação e se ela tem ligação com a disciplina ministrada.

**TABELA 11**  
**Maior titulação do corpo docente do**  
**CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO      | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|----------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| GRADUAÇÃO      | 3              | 2              | 2             | 7     |
| ESPECIALIZAÇÃO | 6              | 6              | 9             | 21    |
| MESTRADO       | 0              | 2              | 1             | 3     |
| DOCTORADO      | 0              | 0              | 0             | 0     |
| TOTAL          | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Como os professores percebem o próprio nível de conhecimento da disciplina que ministram: este é um indicador importante para avaliar seu desempenho em sala de aula, seu manejo da turma e sua habilidade para a produção do conhecimento com seus alunos. Interrogados sobre essa percepção, obteve-se o resultado da TAB.12.

Os resultados correspondem a uma dada expectativa que se tem de quem ministra uma disciplina, ou seja, espera-se que o professor declare ter domínio do conteúdo. Como se pode ver, apenas um professor diz ter um domínio médio, sendo assim que ele se percebe, e sua resposta é coerente com o resultado observado na sua atuação junto aos alunos, ou seja, ele situa-se em uma eficácia média. Já a percepção que outros professores sobre a qual declaram

ter alto ou muito alto domínio do conhecimento que ministram choça-se frontalmente com o resultado obtido na análise de regressão. Dentre eles, por exemplo, 7 declaram que têm alto domínio do conhecimento ministrado, entretanto, eles estão classificados como docentes de baixa eficácia.

Para essas discrepâncias, têm-se pelo menos duas explicações. A primeira está relacionada à própria questão. Talvez não seja adequada para uma pesquisa como esta, uma vez que dificilmente um professor responderia que tem pouco domínio do conhecimento ministrado, sobretudo em um Centro em que ele é chamado por sua suposta competência. A segunda liga-se ao fato de que a percepção é algo que, de fato, tem de ser testada por outros instrumentos. O que o indivíduo percebe passa por uma série de critérios subjetivos que podem interferir na sua avaliação. Só foi possível detectar a discrepância entre o percebido e o medido via notas médias, porque foram cruzadas duas fontes diferentes. Em todo caso, essa discrepância é um importante elemento suscitador de debate e de formação continuada.

TABELA 12

**Percepção do professor do CTSP 2006 em relação ao seu nível de conhecimento do conteúdo da disciplina que ministra – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|-----------|----------------|----------------|---------------|-------|
| BAIXO     | 0              | 0              | 0             | 0     |
| MÉDIO     | 0              | 1              | 0             | 1     |
| ALTO      | 7              | 9              | 9             | 25    |
| MUITO     | 2              | 0              | 3             | 5     |
| TOTAL     | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.4 Análise dos aspectos relacionados ao envolvimento do professor

O terceiro conjunto de aspectos observados para a busca de explicações para o efeito-professor no Curso Técnico em Segurança Pública destaca as atitudes do professor para envolver o aluno nas atividades de ensino. Nesse sentido, procurou-se investigar como o professor conhece o aluno, suas atividades de estímulo, formas de interação e utilização de perguntas direcionadas.

Que diferença teria para o desempenho do aluno o professor que declara conhecê-lo? Essa pergunta motivou as respostas da TAB. 13. O fato de o professor declarar conhecer o aluno de forma aprofundada não significa, por si só, que ele terá um melhor desempenho junto a seus estudantes. Dos 21 docentes que declararam o referido conhecimento, 6 deles, ou seja, quase um terço, situa-se na baixa eficácia, e outros 6, na média, isto é, 12 professores, mais da metade, não conseguem interferir no conjunto da turma de forma a se traduzir em uma ação de alta eficácia. Isso leva também a considerar que muito provavelmente outros fatores, além do conhecimento do aluno, interferem na atuação agregadora de valores em seu desempenho.

**TABELA 13**

#### **Conhecimento do aluno pelo professor na concepção das atividades de ensino do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO  | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|--|----------------|----------------|---------------|-------|
| Não conhece os alunos  | 0              | 0              | 0             | 0     |
| Conhece os alunos superficialmente                                 | 1              | 1              | 0             | 2     |
| Conhece dados básicos para facilitar o contato                     | 2              | 3              | 3             | 8     |
| Conhece aspectos e habilidades dos alunos de modo mais aprofundado | 6              | 6              | 9             | 21    |
| TOTAL  | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Nenhum dos professores assinalou que não conhece os alunos. A explicação pode estar relacionada à própria opção apresentada, pois dificilmente um professor iria admitir esta situação, mesmo que ela ocorresse.

Esse ponto remete ao subsequente que busca enumerar os diferentes estímulos que os professores declararam lançar mão para envolver os alunos. Nessa questão, foi fornecida a opção para que os professores pudessem indicar mais de uma forma de estímulo aplicada em sala de aula e todos os dados foram consolidados na TAB.14.

Fica evidente que os professores que se classificam com alta eficácia são aqueles que lançam mão do maior número de estímulos. Com exceção do item que se refere à tomada de decisão autônoma dos alunos, todos os outros são utilizados majoritariamente por esses professores. Mas chama atenção também que, nas três categorias (baixa, média e alta), todas usam estímulos para motivar os alunos, a significar que, independentemente do resultado, o estímulo é uma prática comum e, presume-se, já se incorporou na cultura do CTSP. Resta saber, entretanto, a causa de, mesmo na busca da motivação do aluno, ainda permanecer a baixa eficácia no desempenho dos discentes. Apesar de inexistirem indicativos que deixem claro quais são as formas de estímulo correlacionados com o bom desempenho de professores, a consolidação dos itens mais indicados pelos docentes parece ser uma boa receita de atividade de ensino para ser aplicada dentro de uma sala de aula no que tange a profissionais de Segurança Pública.

TABELA 14

**Formas de estímulo aplicadas em sala de aula pelos professores do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO  | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|--|----------------|----------------|---------------|-------|
| Adaptar a tarefa aos interesses dos alunos                         | 2              | 4              | 6             | 12    |
| Incluir variedade e novos conteúdos às aulas                       | 9              | 12             | 14            | 35    |
| Permitir que os alunos tomem decisões de modo autônomo             | 1              | 0              | 1             | 2     |
| Fornecer condições aos alunos para responderem questões ativamente | 6              | 6              | 10            | 22    |
| Permitir que os alunos exerçam a criatividade                      | 8              | 8              | 10            | 26    |
| TOTAL  | 26             | 30             | 41            | 97    |

Fonte: Dados da pesquisa

O referencial teórico do efeito-professor indica que o ensino individual é menos eficaz do que em grupos devido ao tempo gasto pelo professor em desenvolver tal atividade. Assim, foi analisada uma questão que considerasse o referido procedimento didático. A TAB.15 sintetiza o conjunto das respostas obtidas.

Verifica-se que essa atividade é utilizada por todos os professores do CTSP. Os que mais utilizam são 12 docentes considerados altamente eficazes. Mas há entre eles uma gradação em relação à frequência. Dentre eles, 7 utilizam o procedimento individual raramente, 3 medianamente e 2 abundantemente, motivo pelo qual foi registrado um percentual de alta frequência nos grupos de professores com maior e menor desempenho.

TABELA 15

**Frequência de aplicação de atividades individuais  
aos alunos pelos professores do CTSP/2006  
– Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                          | BAIXA<br>EFICÁCIA | MÉDIA<br>EFICÁCIA | ALTA<br>EFICÁCIA | TOTAL     |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------|
| Em nenhum momento                  | 0                 | 0                 | 0                | 0         |
| Pouca frequência (01 a 05 vezes)   | 5                 | 7                 | 7                | 19        |
| Média frequência (06 a 10 vezes)   | 2                 | 3                 | 3                | 8         |
| Alta frequência (mais de 11 vezes) | 2                 | 0                 | 2                | 4         |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>9</b>          | <b>10</b>         | <b>12</b>        | <b>31</b> |

Fonte: Dados da pesquisa

Em complementação à análise da TAB.15, buscou-se conhecer a frequência com que os professores utilizam as atividades em grupo. Na TAB.16, descreve-se como foram os resultados.

Pelos dados, a forma de interação dos grupos em sala de aula com até quatro alunos foi a mais apontada pelos professores de alta eficácia. O trabalho individual e os grupos maiores foram preponderantes no grupo dos professores de menor desempenho em relação aos de média e alta eficácia (2,1,0) e (3,3,3), e indicam que essas formas de interação tendem a surtir o resultado inesperado. Tais dados corroboram com a afirmação de Dunkin e Biddle (1974)<sup>6</sup> de que “a formação de pequenos grupos parece ser uma prática a ser encorajada, porque provoca um nível elevado de participação por parte dos alunos”.

<sup>6</sup> *Apud* Gauthier et al (1998).

**TABELA 16**

**Forma de interação dos alunos em sala de aula  
utilizada pelos professores do CTSP/2006  
– Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                                    | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|--|----------------|----------------|---------------|-------|
| Não toma nenhuma atitude                     | 0              | 0              | 0             | 0     |
| Procura trabalhar com alunos individualmente | 2              | 1              | 0             | 3     |
| Forma pequenos grupos de até quatro alunos   | 4              | 6              | 9             | 19    |
| Forma grupos de mais de quatro alunos        | 3              | 3              | 3             | 9     |
| TOTAL  | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao combinar as questões de trabalho em grupo, foram analisadas outras relativas à forma como os docentes dirigem-se aos alunos em sala de aula, por entender-se que esta é uma estratégia de ensino que, segundo Gauthier et al (1998), revela o “professor eficaz”. Chegou-se ao resultado da TAB.17.

Dos dados da TAB.17, abstrai-se que a frequência de perguntas que mais colocam em evidência o grupo de professores de alta eficácia é o de valor médio, ou seja, de 06 a 10 vezes por aula. Há a indicação ainda de que uma frequência maior de 11 perguntas por aula está correlacionada a um menor desempenho em sala de aula. Portanto, a utilização desse recurso deve ser racional.

TABELA 17

**Frequência de utilização de perguntas direcionadas aos  
alunos como estratégia de ensino dos professores do  
CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                             | BAIXA<br>EFICÁCIA | MÉDIA<br>EFICÁCIA | ALTA<br>EFICÁCIA | TOTAL |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------|
| Em nenhum momento                     | 0                 | 0                 | 0                | 0     |
| Pouca frequência (1 a 5 vezes)        | 1                 | 2                 | 2                | 5     |
| Média frequência (6 a 10 vezes)       | 4                 | 4                 | 7                | 15    |
| Alta frequência (mais de 11<br>vezes) | 4                 | 4                 | 3                | 11    |
| TOTAL                                 | 9                 | 10                | 12               | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao dar sequência a esse tipo de abordagem, buscou-se conhecer como os docentes processavam o número de respostas rápidas e corretas que o aluno conseguia dar-lhes. Essa resposta por parte do aluno é considerada um fator de sucesso de aprendizagem, conforme aponta Gauthier et al (1998). Os dados obtidos sobre esse item foram os da TAB.18.

De acordo com os dados da TAB.18, 17 professores registram taxas razoavelmente altas de respostas rápidas corretas e chegam a um percentual entre 51% a 75%. Entretanto, esse percentual deixa de caracterizar, exclusivamente os professores considerados de alta eficácia, pois ele está equilibradamente dividido pelas três categorias. A considerar o relatado por Good e Brophy (1986)<sup>7</sup> que, em geral, a taxa de respostas exatas deve ser conduzida em torno de 75% e que isso pressupõe uma atitude positiva em relação aos alunos, os professores do CTSP, inclusive uma parcela dos que se situam entre baixa e média eficácia, têm uma expectativa elevada em relação a seus alunos. Isso mostra que esse item não distingue exclusivamente os de alta eficácia.

<sup>7</sup> *Apud* Bressoux (2003:29)

**TABELA 18**

**Taxa de respostas exatas por parte dos alunos a perguntas durante as aulas do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO  | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| 0% a 25%   | 2              | 1              | 0             | 3     |
| 26% a 50%  | 0              | 2              | 5             | 7     |
| 51% a 75%  | 6              | 5              | 6             | 17    |
| 76% a 100% | 1              | 2              | 1             | 4     |
| TOTAL      | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao dar sequência às estratégias que caracterizam um professor eficaz, buscou-se conhecer como os docentes do CTSP concebiam o erro, ou melhor, trabalhavam a correção dos erros como um momento do aprendizado. O ponto de referência para essa questão foram as observações de Beard (1999), que destacou o tratamento dos erros às perguntas dos alunos ou tarefas realizadas por eles como um fator relacionado ao ensino eficaz. Nesse item, obteve-se o resultado da TAB.19.

Os dados da TAB.19 revelam que o retorno ao aluno é regiadamente seguido por todos os professores do CTSP. Todos os docentes corrigem os erros e a maioria acrescenta comentários durante a correção. Se esse é um indicador de eficácia docente, resta saber por que, mesmo com os cuidados necessários com as provas e as tarefas dos alunos, ainda há um residual de docentes que figuram na categoria de baixa eficácia.

TABELA 19

**Forma de tratamento de erros a perguntas e/ou  
tarefas direcionadas aos alunos do CTSP/2006  
– Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                                       | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|---|----------------|----------------|---------------|-------|
| Fica indiferente                                | 0              | 0              | 0             | 0     |
| Corrige às vezes                                | 0              | 0              | 0             | 0     |
| Corrige todos os erros                          | 2              | 1              | 2             | 5     |
| Corrige todos os erros e acrescenta comentários | 7              | 9              | 10            | 26    |
| TOTAL   | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao aprofundar ainda mais os indicadores de eficácia do docente, verificou-se a questão relativa à forma como ele explicita o seu reconhecimento pelo esforço ou sucesso do aluno. Usa-se o elogio e com que frequência? De acordo com Rutter *et al* [1979] (2008) o elogio pode produzir reações mais ou menos significativas, na forma em que for trabalhado. A TAB.20 permite visualizar como isso ocorre entre os professores do CTSP que responderam ao questionário.

Os dados demonstram que a utilização de elogio é uma prática comum a todos os professores, todavia, há uma diferença quanto à sua frequência. O maior número de professores que elogia ocasionalmente aparece na categoria de baixa eficácia (4) e o maior número dos que elogiam com frequência e moderação são os de alta eficácia (7). Mas isso, por si só, deixa de caracterizar uma diferenciação capaz de definir um perfil do professor altamente eficaz, embora sirva como indicador, pois no item “elogia frequentemente e com moderação” o altamente eficaz é o dobro do médio e o de baixa eficácia.

TABELA 20

**Utilização de elogio como forma de retorno de tarefas e perguntas com sucesso pelo professor do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                                   | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|---|----------------|----------------|---------------|-------|
| Em nenhum momento                           | 0              | 0              | 0             | 0     |
| Às vezes faço elogios                       | 4              | 2              | 2             | 8     |
| Faço elogios com frequência moderada        | 3              | 3              | 7             | 13    |
| Faço elogio em todas as ocasiões de sucesso | 2              | 5              | 3             | 10    |
| TOTAL                                       | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.5 Análise dos aspectos de gestão de ensino do professor

Ao recorrer mais uma vez ao referencial teórico, buscou-se verificar outras questões relativas ao efeito-professor, mais voltadas para as questões da gestão de sala de aula. Essa também, como ressaltam Gauthier *et al* (1998), é um poderoso indicador de eficácia docente. Foram assim tratadas em seus diferentes aspectos. O primeiro refere-se à gestão da matéria, seu planejamento e sua frequência.

Ao considerar-se que, no CTSP, o planejamento das aulas pode ser feito de forma periódica e/ou, independentemente do tempo, por unidade de ensino, propôs-se aos professores participantes da pesquisa que assinalassem mais de uma opção, cujos resultados são apresentados na TAB.21.

O planejamento por unidade aparece majoritariamente em todas as categorias de eficácia docente. O que os distingue,

entretanto, é a frequência com que ele é realizado. Para os professores de alta eficácia, o planejamento da matéria é por unidade, mas é predominante semanal, o que leva a inferir que essa frequência pode reforçar a eficácia do professor e um maior controle de seu trabalho em sala de aula.

TABELA 21

**Forma de gestão da matéria quanto ao planejamento das aulas pelos professores do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO    | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|--------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| Anualmente   | 2              | 3              | 2             | 7     |
| Por Unidade  | 6              | 7              | 7             | 20    |
| Semanalmente | 2              | 2              | 9             | 13    |
| Diariamente  | 3              | 2              | 1             | 6     |
| TOTAL        | 13             | 14             | 19            | 46    |

Fonte: Dados da pesquisa

Outro aspecto da gestão de sala de aula refere-se ao foco do planejamento. Este estará centrado no aluno? No conteúdo da unidade? No conteúdo da disciplina? No conteúdo do curso de formação? Para essas perguntas, chegaram-se às respostas da TAB.22.

Fica clara a diferença entre os professores de alta eficácia e os de média e baixa eficácia. Os primeiros se concentram nos dois focos centrais da disciplina e curso de formação, ou seja, articulam o conteúdo da disciplina com os objetivos mais amplos da formação profissional. Procura-se, então, formar um profissional de preservação da Ordem Pública em consonância com a proposta do CTSP.

**TABELA 22**

**Foco do planejamento das aulas pelos professores do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                        | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|----------------------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| No conteúdo da unidade           | 5              | 5              | 1             | 11    |
| No conteúdo da disciplina        | 1              | 3              | 7             | 11    |
| No conteúdo do curso de formação | 1              | 0              | 3             | 4     |
| Na necessidade do aluno          | 2              | 2              | 1             | 5     |
| TOTAL                            | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Ao seguir a lógica da gestão da sala de aula, a presente pesquisa quis conhecer também como os professores manejam o planejamento em termos de cumprimento de metas e objetivos. Dessa forma, chegou-se ao resultado da TAB.23.

Chama atenção a forte concentração de respostas na terceira alternativa, na qual, independentemente da categoria baixa, média e alta, 19 professores responderam que lidam com uma flexibilidade moderada com o planejamento da aula, o que significa que, sem perder o foco, esses professores buscam ajustes. Tal alternativa representa o dobro de professores que lidam com o mesmo planejamento de forma moderadamente rígida. Mas, mesmo com essa concentração e com esse contraste, é inevitável que essa forma de lidar com o currículo distingue o professor de alta eficácia do outro, ou que esse seja um traço específico de seu perfil. Basta ver que, em termos proporcionais, de 12 professores de alta eficácia, 8 responderam positivamente; dos 10 de média eficácia, 6 assinalaram a flexibilidade moderada; e dos 9 de baixa, 5 concordaram com moderação.

TABELA 23

**Característica do planejamento das aulas dos professores  
do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO              | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|------------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| Totalmente rígido      | 0              | 0              | 0             | 0     |
| Moderadamente rígido   | 3              | 3              | 3             | 9     |
| Moderadamente flexível | 5              | 6              | 8             | 19    |
| Totalmente flexível    | 1              | 1              | 1             | 3     |
| TOTAL                  | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Como o conteúdo evolui em sala de aula? Esse é outro indicador que mostra como os docentes comportam-se na gestão de sala de aula. Introduziram-se, assim, questões que mapeassem esse cenário. A TAB.24 mostra como essa questão foi respondida.

A partir dos dados da TAB.24, é possível ter alguma ideia do comportamento dos professores no desenvolvimento da sua atividade docente. Comparando-se com princípios da teoria do efeito-professor com a qual se afirma que a eficácia docente estaria em auxiliar o aluno a entender e focalizar os esforços na realização da tarefa, a fixar pequenas etapas e insistir em pontos importantes do conteúdo, pode-se dizer que, a partir dos dados da TAB.24, essa situação se omite. Nenhum dos professores indicou essa opção, o que demonstra a necessidade do aprofundamento da teoria do efeito-professor para ver qual importância os outros aspectos teriam para definir o que se entende por um professor eficaz. Pode-se concluir a partir da TAB.24, que o docente de alta eficácia lançou mão das três primeiras estratégias e de forma equitativa: 4 assinalaram o item 1, 4, o item 2 e 4, o item 3. Mais uma razão para se avançar em uma investigação e saber a causa com a qual as três estratégias tenham funcionado no caso desses docentes.

TABELA 24

**Forma de evolução do conteúdo ministrado pelos professores do CTSP/2006 – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO   | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|---|----------------|----------------|---------------|-------|
| Apenas seguindo a sequência de unidades do conteúdo       | 1              | 3              | 4             | 8     |
| Focalizando apenas os pontos mais importantes do conteúdo | 3              | 5              | 4             | 12    |
| Fixando objetivos em pequenas etapas                      | 5              | 2              | 4             | 11    |
| Fixando etapas e insistindo em conteúdos importantes      | 0              | 0              | 0             | 0     |
| TOTAL   | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

Finalmente, investigou-se o fator tempo em relação ao cumprimento do programa de ensino. Considerado como fator crítico por Madaus *et al* [1980] (2008), investigou-se a percepção que o docente tem do mesmo e chegou-se ao resultado da TAB.25.

Nitidamente, verifica-se que a maioria dos professores de alta eficácia (9 em 12) consideram o tempo de aula parcialmente suficiente. Mesmo assim, conseguiram desempenhar com eficácia sua atividade docente, provavelmente ao articular aspectos retroanalisados como a flexibilização do planejamento da matéria e ajustar o conteúdo da disciplina aos objetivos da formação profissional.

TABELA 25

**Tempo dedicado pelo professor do CTSP/2006 no cumprimento da carga horária e no aprendizado do aluno – Belo Horizonte**

| DESCRIÇÃO                            | BAIXA EFICÁCIA | MÉDIA EFICÁCIA | ALTA EFICÁCIA | TOTAL |
|--------------------------------------|----------------|----------------|---------------|-------|
| Considero suficiente                 | 4              | 3              | 1             | 8     |
| Considero parcialmente suficiente    | 4              | 6              | 9             | 19    |
| Considero insuficiente               | 1              | 1              | 2             | 4     |
| O tempo não interfere no aprendizado | 0              | 0              | 0             | 0     |
| TOTAL                                | 9              | 10             | 12            | 31    |

Fonte: Dados da pesquisa

## 8 CONCLUSÃO

Os debates nacionais acerca da formação policial mostram novos desafios a serem enfrentados pelas instituições policiais no trabalho de aprimorar os processos de aprendizado praticados nas academias de polícia. A Polícia Militar de Minas Gerais, inserida neste contexto de constante mudança nas suas formas de gestão de ensino, procura a melhoria nas ações de formação em consonância com as necessidades do Estado e da sociedade. Todavia, como em toda organização policial, existem problemas em sistematizar tais práticas, o que prejudica o acompanhamento em relação ao desempenho do professor nos cursos de formação. Dessa forma, foi proposto investigar, sob a ótica das modernas teorias de educação, mais especificamente na teoria do efeito-professor, os fatores que envolvem o corpo docente do Centro de Ensino Técnico que interferiram na formação do policial militar no Curso Técnico em Segurança Pública.

Ao ter como suporte teórico os estudos sobre o efeito-professor, procurou-se alcançar o objetivo de verificar em que medida essa teoria permitia compreender os processos de formação dos policiais militares. As evidências encontradas demonstraram, primeiramente, que o efeito-professor está presente no Curso Técnico em Segurança Pública e que é esta uma importante revelação, sem a qual seria impossível fazer a comparação de professores em níveis de eficácia. Uma vez constatada a presença do efeito-professor, buscou-se então encontrar procedimentos que possam explicar por que determinados professores têm melhor desempenho do que outros no seu exercício da atividade docente.

Sob a análise dos resultados obtidos, há algumas conclusões a serem consideradas dentro do modelo conceitual que envolvem a experiência, o conhecimento, o envolvimento e a gestão do ensino do professor. Sob a ótica dos procedimentos associados ao aprendizado, procurou-se investigar o efeito-professor no Curso Técnico de Segurança Pública. Buscou-se controlar, ao máximo, outros fatores os quais envolvem a família, o aluno, a sociedade e a própria escola. O professor é apenas um dos sujeitos dos fatores associados ao aprendizado que Soares (2007) aponta como intra e extraescolares.

As primeiras conclusões se embasaram nas análises realizadas em relação aos fatores ligados à **experiência dos professores**. Dessa forma, as evidências mostraram que é positiva a participação de professores que fazem parte do corpo civil do Centro de Ensino Técnico. Os dados mostram, ainda, que as variáveis sexo e idade dos professores mostraram-se insignificativas, porém, o destaque foi para o tempo de atividade docente e funcional dos professores. Sendo a maioria do corpo docente formada por policiais militares, o tempo de atividade funcional é um forte fator a ser considerado. Já a experiência na atividade docente prevaleceu como diferencial preponderante dos professores de melhor eficácia.

Quanto aos aspectos relacionados ao **conhecimento do professor**, foram observados a titulação acadêmica e o domínio da matéria ministrada. Pelos dados coletados, a especialização está presente na grande maioria dos títulos, todavia verificou-se que possuir pós-graduação influencia pouco no desempenho do professor. Sob esse ponto, o fato de que o tipo de graduação ou titulação tenha apresentado resultados negativos em relação ao professor eficaz pode estar relacionado a outros aspectos como a qualidade ou o tipo de titulação do docente. O curso de mestrado mostrou-se ausente nos professores de menor desempenho e é um fator a ser considerado, no mínimo, para se colocar dentro da normalidade. Quanto à própria percepção sobre o conhecimento do professor acerca da matéria, os dados mostram que prevaleceu o caráter subjetivo nas respostas, sem trazer evidências conclusivas a respeito.

No terceiro aspecto relacionado aos procedimentos explicativos do efeito-professor, investigou-se o **envolvimento do professor** nas atividades de ensino. Os dados apontam que conhecer as habilidades e o aluno com maior profundidade traz indicações para levar a uma melhor eficácia do professor, porém, por si só, deixou de explicar o desempenho dos docentes. Dessa forma, no rol das práticas desenvolvidas pelo professor para proporcionar melhor envolvimento dos alunos está a inclusão de variedade e novidade no conteúdo das disciplinas, fornecimento de condições para os alunos responderem questões ativamente, e a permissão do exercício da criatividade em sala de aula. Em concordância com a teoria exposta na presente pesquisa, as atividades individuais devem ser aplicadas em menor quantidade, em contraponto com a prática de atividades em grupos pequenos, o que permite melhor interação entre os alunos. Da mesma forma, a utilização de perguntas com uma frequência moderada e com uma expectativa de acerto de 51% a 75% é associada aos professores de melhor desempenho, mas que esteve também presente nas categorias de baixa e média eficácia,

a mostrarem que existem outros fatores a serem considerados para explicar a eficácia. No aspecto relacionado ao *feedback*, apresentou-se como fator positivo o elogio com maior intensidade. Nessa mesma linha, foi investigada a correção de erros como forma de retorno ao aluno, todavia, deixou de apresentar resultados significativos.

A **gestão da matéria** foi o último aspecto analisado para investigar o efeito-professor no Curso Técnico de Segurança Pública. Os dados demonstraram que o planejamento semanal e por unidade de ensino são práticas dos professores mais eficazes. Já o foco no conteúdo da disciplina e no curso de formação mostra a responsabilidade dos professores de maior desempenho com os objetivos da formação profissional no Centro de Ensino Técnico. A flexibilidade mostrou ser também uma característica do professor eficaz. Quanto à forma de evolução do conteúdo da disciplina, nenhum professor procura fixar pequenas etapas, mas insistem em pontos importantes do conteúdo, fato esse que se mostrou divergente da teoria do efeito-professor, que considera essa alternativa como a melhor opção. No cumprimento da carga-horária, apesar de acreditarem que o tempo seja insuficiente, os professores eficazes demonstraram a capacidade de flexibilizar e buscar alternativas para ajustar o conteúdo da matéria.

Assim, considera-se que os resultados aqui apresentados podem ser uma importante base para a adoção de medidas por parte de órgãos policiais de forma a procurar entender melhor a influência do professor e aperfeiçoar práticas de eficácia escolar. Nesse sentido, destacam-se os importantes procedimentos detectados em relação à experiência e ao conhecimento dos professores, que podem ensejar medidas como o incentivo à permanência dos professores nos centros de ensino por mais tempo. Quanto ao investimento em cursos de pós-graduação para o corpo docente, merece destaque não pela sua quantidade, e sim pela sua qualidade. Os fatores relacionados ao

envolvimento do professor e gestão de ensino, apresentados nesta pesquisa como associadas ao melhor desempenho do ensino, também podem provocar ações que permitam o debate dessas práticas com a realização de seminários e treinamentos ao corpo docente.

Cabe observar, no entanto, que deve haver um cuidado ao uso inadequado dos apontamentos da pesquisa por parte dos formuladores de políticas educacionais, pois pesquisas desta natureza chamam atenção pelo fato de estarem ligadas diretamente à aplicação de recursos e condução de políticas de melhoramento escolar. Ressalta-se que as pesquisas acerca do efeito-professor deixam de se consituir em si uma fórmula pronta para a solução de todos os problemas educacionais, porém apontam para o professor como participante ativo da melhoria do desempenho escolar.

Clareadas as contribuições que a pesquisa proporcionou, deve-se fazer menção à Polícia Militar de Minas Gerais que, ao longo de sua história, tem procurado adaptar-se aos diferentes momentos da política e da sociedade brasileira, os quais revelaram ser bastante significativas para a formação policial. No atual contexto democrático, a seguir os preceitos presentes na legislação constitucional, a Polícia Militar caminha para o desenvolvimento da educação profissional voltada para a segurança pública e respeito ao cidadão. Nesse sentido, na perspectiva de ajudar a mostrar novas formas de análise das atividades executadas no Sistema de Educação da Polícia Militar, procurou-se demonstrar que teorias educacionais podem e devem ser aplicados em estudos que envolvam a formação de policiais militares.

Como última consideração, há a convicção de que essas conclusões proporcionaram uma contribuição para o debate sobre as formas de melhoria na educação da Polícia Militar de Minas Gerais e abriram, ainda, o caminho para um vasto campo a ser explorado por

**Perfil e características do professor eficaz: abordagem exploratória no Curso Técnico em Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais**

novas pesquisas científicas. Assim, a investigação de outros possíveis fatores e impactos que envolvam professores e alunos nos cursos de formação policial podem ser analisados em futuras pesquisas, para ampliar o conhecimento acadêmico.

***Abstract:** Backed by the theoretical studies of the effect of teacher, emphasizing the teacher as a factor that makes a difference in student performance, we tried to identify this phenomenon in the Technical Course in Public Security of the Military Police of Minas Gerais, in order to understand aspects that involve the training of professional preservation of public order. Under quantitative and qualitative analysis, research results showed clearly that there are differences in effectiveness among teachers still being identified, the profile, characteristics and procedures associated with improved performance, which may give rise to debate about learning practices used by the body teacher.*

***Key-words:** Effect-teacher. Effective teacher. Education. Public Safety. Vocational Education.*

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Tereza Gonzaga. **Efeito-Escola e fatores associados ao progresso acadêmico dos alunos entre o início da 5ª série e o fim da 6ª série do ensino fundamental: um estudo longitudinal em escolas públicas no município de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dimensões do efeito das escolas**: explorando interações entre família e escola. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Jun.07. Recife, 2007.

BEARD, Roger. NLS. **Review of research and other related evidence**. Department for Education and Skills, Londres, 1999. Disponível em: <<http://www.standards.dfes.gov.uk/primary/publications/>>. Acesso em: 28set./2006.

BRESSOUX, Pascal. **As pesquisas sobre efeito-escola e o efeito-professor**. Tradução: Isabel Cristina Rabelo Gomes. Belo Horizonte, Educação em Revista n 38, dez./2003.

BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COLEMAN, James S, et al. Equality of Educational Opportunity. In: CORDASCO, Francesco. HILLSON, Maurie. BULLOCK, Henry A. *The School in the Social Order: A Sociological Introduction to Educational Understanding*. Pennsylvania: International Textbook Company, Scranton, 1970. In: BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 26-32, 2008.

CUNHA, Maria Isabel. **A construção do conhecimento na prática pedagógica do professor do ensino superior**. Araraquara: JM Editora, 2003.

DUBET, François. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº 05/06, p. 222-231, dez./1997.

GAUTHIER, Clermont. et al. **Por uma teoria da pedagogia**. Traduzido por Francisco Pereira de Lima. Porto Alegre: Editora Unijuí, 1998.

HAMADA, Helio Hiroshi. **Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais**: análise do efeito-professor no Curso Técnico em Segurança Pública. Dissertação. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

HANUSHEK, Erik A. **Theacher Characteristics and Gains in Students Achievement**: Estmation Using Micro Data. American Economic Review, Pittsburgh, v. 61. 1971.

JENCKS, Chistoper. **Inequality: a Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America**. New York: Basic Books, 1972. In: BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 50-66, 2008.

MADAUS, George F; AIRASIAN, Peter ; W. KELLAGHAN, Thomas. **School Effectiveness: A Reassessment of the Evidence**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1980. In: BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 74-89, 2008.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista comemorativa do 15. aniversário do Centro de Recrutamento e Seleção**. Belo Horizonte, 2008.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

RUTTER, Michael et al. Fifteen Thousand Hours: Secondary Schools and their Effects on Children. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1979. In: BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 225-251, 2008.

SAMMONS, Pam. School Effectiveness: Coming of Age in the Twenty-First Century. Lisse: Swets & Zeitlinger, 1999. In: BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 335-392, 2008.

SOARES, José Francisco. Melhoria **do desempenho cognitivo dos alunos no ensino fundamental.** Cadernos de Pesquisa, Belo Horizonte, v. 37, n. 130, p. 135-160, jan./abr. 2007.

SOARES, José Francisco; ANDRADE, Renato Júdice. **Nível sócio-econômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte.** Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 107-126, jan./mar. 2006.

TEDDLIE, C; REYNOLDS, D. The International Handbook of School Effectiveness Research. London/New York: Falmer Press, 2000. In: BROOKE, Niguel; SOARES, José Francisco. (Org.) **Pesquisa em eficácia escolar. Origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 297-328, 2008.



# DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À DISCUSSÃO PÚBLICA: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

**VANDERLAN HUDSON ROLIM**

*Capitão da PMMG; Graduado em Ciências Sociais; Especialista em Criminalidade e Segurança Pública pelo CRISP/UFMG; Especialista em Segurança Pública e Justiça Criminal pela FJP; Especialista em Gestão de Direitos Humanos pela Unieuro/Brasília, mestrando em Administração pela FEAD e professor da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.*

**ANDRÉIA SANTOS**

*Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Pesquisadora Associada da Fundação João Pinheiro; Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.*

**Resumo:** *Este artigo parte de uma reflexão sobre a atuação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública junto à Polícia Militar de Minas Gerais e à comunidade, utilizando o Conselho Comunitário de Brumadinho como objeto de investigação. O trabalho teve o objetivo de analisar os procedimentos de participação social, controle e contribuição do Conselho nos assuntos relacionados ao crime, à violência e à qualidade de vida na cidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental e o geoprocessamento. O resultado da pesquisa mostrou que, em um ambiente de participação comunitária e envolvimento democrático entre comunidade e Polícia Militar, é possível diminuir a criminalidade, a violência, melhorar a qualidade de vida e conquistar anseios da população relativos à melhoria dos serviços públicos que devem ser prestados à comunidade.*

**Palavras-chave:** *Reconstrução Democrática, Sociedade Civil, Democracia Participativa, Conselho Comunitário de Segurança Pública.*

## 1 INTRODUÇÃO

O movimento de participação popular apresentou uma relevância significativa a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Muitos desses movimentos surgiram a partir das deficiências de respostas satisfatórias do governo sobre os problemas sociais no Brasil. A década de 80 foi profícua na emergência de grupos sociais que se caracterizaram como representantes daqueles que sofriam carências em diversas áreas sociais, tornaram-se referências de organização da sociedade e como instrumentos de cobranças para uma melhora nos serviços públicos.

O processo de redemocratização foi um fator preponderante para a emergência de novos atores sociais com discursos que se confrontavam com a monopolização de decisões políticas originárias somente do Estado. Esses discursos passaram a exigir ações e políticas públicas de caráter participativo entre as organizações estatais e a sociedade. Dentro desse cenário, o tema segurança pública tornou-se pauta importante nas discussões, por apresentar elevados índices de criminalidade e violência. Dessa leitura, surgiu a possibilidade da discussão de políticas públicas em espaços específicos e, ao mesmo tempo, obrigou a participação de outros atores sociais nas discussões. Com isso, a segurança pública tornou-se assunto de interesse comum, reforçado pela CRFB/88, em seu artigo 144, e pela Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 (CEMG/89), no artigo 136, preconizando que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos<sup>1</sup>.

Dessa maneira, no encadeamento das discussões, a polícia foi questionada por suas ações repressoras contra a sociedade e por não oferecer resultados satisfatórios na prestação de serviços. Com isso, fez-se necessário mudar as formas de prestação de serviço

---

<sup>1</sup> Brasil (1988) e Minas Gerais (1989).



público em segurança e atendimento aos cidadãos. Como resposta, a instituição policial aprimorou a sua atuação, criando um novo serviço, denominado Polícia Comunitária. Uma das ferramentas para esse novo modelo foi à implantação de um espaço exclusivo que pudesse acolher a comunidade, a fim de discutir assuntos de segurança pública. A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) estimulou e apoiou, no ano 2000, a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEP).

O CONSEP constitui uma experiência institucional inovadora ligada, mas não subordinada, aos órgãos de segurança, acenando positivamente para a ampliação do espaço público em uma seara de difícil discussão e solução de problemas. Por isso, o CONSEP passou a ter uma importância fundamental para a segurança pública e comunidade. Sua implantação facilitou a ação cidadã junto aos órgãos de Defesa Social e um impulso para tornar pública a questão da segurança que, até então, achava-se sob a tutela de órgãos do sistema de defesa social, como a polícia.

Para o enfoque citado, este artigo analisa o seguinte problema: o CONSEP do Município de Brumadinho, como mecanismo de participação social, contribuiu com a Polícia Militar de Minas Gerais sobre os assuntos locais relativos ao crime, à violência e à qualidade de vida, no período de 2003 a 2007?

Escolheu-se o CONSEP de Brumadinho por estar instalado em uma cidade com características rurais e urbanas. Seu ambiente físico e social revela modalidades de crime e violência variadas, o que dificulta um trabalho de prevenção e repressão mais eficiente por parte da polícia. Também é uma cidade que possui muitas festas tradicionais como o carnaval, atraindo milhares de pessoas que residem em cidades próximas.

No curso da análise, o objetivo geral é analisar os procedimentos de controle e participação social do CONSEP



## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

do Município de Brumadinho e sua contribuição nos assuntos relacionados ao crime, à violência e à qualidade de vida da cidade. Pretende-se, especificamente: a) analisar o momento e a forma de criação do CONSEP de Brumadinho; b) relatar as ações e os planos de execução em que há a participação do CONSEP de Brumadinho juntamente com a Polícia Militar e a comunidade; c) verificar em que medida o CONSEP tem sido co-responsável na gestão participativa em assuntos relacionados ao crime, à violência e à qualidade de vida.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa baseou-se em pesquisas bibliográficas sobre o tema em questão e pesquisas documentais. Os documentos consultados foram as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias registradas pelo Conselho, no período de 2003 a 2007, e, também, o geoprocessamento produzido pelo 6º Pelotão de Polícia Militar, fração policial responsável pelo policiamento ostensivo na cidade de Brumadinho.

As discussões teóricas sobre movimentos sociais, sociedade civil, democracia participativa e cidadania são importantes para este trabalho, por estarem vinculadas umas às outras, com estreitas relações no processo da reconstrução democrática e como elementos que constituem o mecanismo de expansão de direitos, de disputa política, de participação comunitária e, principalmente, de aproximação com o Estado.

Dessa maneira, uma análise da evolução dos conselhos, suas bases constitutivas, importância, principais práticas e classificações, constroem o surgimento do CONSEP da Cidade de Brumadinho. Para isso, apresenta-se em um primeiro momento, uma análise da incidência criminal ocorrida no Município de Brumadinho entre os anos 2000 e 2007 e nos períodos carnavalescos entre os anos de 2003 e 2006, como sendo um dos fatores que motivaram o surgimento do Conselho. No segundo momento, examina o CONSEP de Brumadinho desde sua criação e verifica a estrutura, funcionamento, participação, registro, práticas, planos, dificuldades e a relação



com toda a base teórica apresentada, visando atingir os objetivos e responder o problema. Por fim, avaliaram-se os avanços, os resultados e o impacto do CONSEP da Cidade de Brumadinho frente à Polícia Militar do município, à comunidade e sua legitimidade e perspectivas como espaço de diferenças e de consenso.

## **2 POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: UMA BREVE REVISÃO DO PASSADO**

### **2.1 A Grande Reforma Policial (1967 - 1988)**

A Grande Reforma Policial, apontada nos estudos de Espírito Santo; Meireles (2003) compreende o período entre 1967 a 1988. Nessa época em que prevalecia o regime autoritário, de turbulências políticas e da valorização da defesa do Estado contra qualquer inimigo interno e externo pertencentes ao comunismo, a estruturação do sistema de segurança pública, em relação ao policiamento ostensivo, foi motivada por força de lei, iniciada pelo Decreto-Lei 317, de 13 de março de 1967, alterado pelo Decreto-Lei 667 de 02 de junho de 1969, sendo este último documento normativo mais explícito quanto à atividade que seria desenvolvida pela PMMG (ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, 2003, p. 182).

Na necessidade de adaptar à Legislação Federal estabelecida, a PMMG dá o seu primeiro passo com a promulgação do Estatuto de Pessoal da Polícia Militar (EPPM)<sup>2</sup> e o Regulamento Geral da Polícia Militar (RGPM)<sup>3</sup>, bem como a preocupação de moldar suas atividades, exclusivamente, ao policiamento ostensivo. Fato contínuo, em 1970, é promulgada a Diretriz de Policiamento Ostensivo de 1970 (DPO/70)<sup>4</sup>, estabelecendo normas, critérios, missões e organização para a execução dos serviços policiais e do

---

<sup>2</sup> Minas Gerais (2007a)

<sup>3</sup> Minas Gerais (2008)

<sup>4</sup> Minas Gerais (1970)



## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

policciamento ostensivo<sup>5</sup>.

Por volta de 1981, a PMMG desenhou um novo plano de policiamento para a RMBH chamado de Malha Protetora (ALMEIDA, 1984; ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, 2003; REIS, 1987). Essa malha compreendeu um pensamento tático de emprego dos diversos esforços<sup>6</sup> operacionais existentes na Instituição com o objetivo de ocupar os espaços vazios e diminuir a oportunidade da atuação dos infratores, formando uma verdadeira malha de proteção virtual.

A Grande Reforma Policial apresentou verdadeiras contribuições para o aprimoramento das técnicas e estratégias policiais, como assevera Espírito Santo; Meireles (2003, p. 225 e 226), tais como: reconhecimento do crime como um problema social, preocupação em atender à proteção objetiva e subjetiva, a transparência em tornar públicas as estatísticas criminais, o reconhecimento da PMMG como referência nos assuntos ligados à segurança pública, estudos científicos como referência para o emprego operacional, a integração com os órgãos do sistema de justiça criminal.

---

<sup>5</sup> As discussões de Espírito Santo; Meireles (2003) apontam que, nessa época, vários acontecimentos sociais relevantes indicam a necessidade de adequações no trabalho policial. Entre eles destacam-se: aumento da criminalidade em 73%, desemprego, crescimento da população entre outros.

<sup>6</sup> Almeida (1984, p. 73 e 74) sugere que, para a diminuição da criminalidade que assolava Belo Horizonte no período entre 1979 e 1984, seria necessário uma reorientação das atividades policiais existentes à época. Assim, o autor dividiu essas atividades em três esforços, aplicados na RMBH que, dependendo do tipo de ocorrência, seriam acionados como complementação e apoio às outras formas de policiamento. Os esforços foram, então, divididos em: 1º esforço de recobrimento da malha (uma Companhia composta por dois Pelotões de tropa motorizados Tático-Móvel e dois Pelotões de tropa especial); 2º esforço de recobrimento (Batalhão de Choque, Rádio Patrulhamento Montado, Batalhão de Polícia de Trânsito, e Companhias de Policiais Femininas. Estes são considerados forças de manobras do CPC); 3º esforço de recobrimento final (Radiopatrulhamento especial compreendido por rondas táticas, radiopatrulhamento aéreo e cães rastreadores).

Mesmo diante da significativa mudança interna na PMMG, não se conseguiu demonstrar à população resultados satisfatórios e convincentes que garantissem uma efetiva segurança. Era necessário avançar na preocupação do envolvimento da comunidade na gestão da segurança pública, na desburocratização das instituições policiais, da descentralização do poder de decisão aos policiais de linha e aceitação de influência externa.

O período da redemocratização foi assinalado pela consolidação da cidadania no Brasil (COVRE, 2006; CARVALHO, 2007). O ano de 1988 foi o marco inicial da Reconstrução Democrática em que a instituição-polícia passou a se adequar conforme as legislações que eram sancionadas e vetadas. Mas também não são pequenas as críticas das lacunas que a Constituição deixou e que não foram sanadas, principalmente em se tratando de segurança pública. Espírito Santo e Meireles (2003, p. 224) afirmam que, nesta área, as mudanças partiram de fortes discussões, enfrentando problemas corporativistas, dificuldades de conceitos e de definição de papéis, o que levou a uma conclusão nada satisfatória para desenhar o atual sistema de segurança pública no Brasil que, em certa medida, nada inovou<sup>7</sup>.

Em Minas Gerais, na contínua busca da adequação dos serviços policiais à Reconstrução Democrática, a PMMG atuou em dois âmbitos: um interno – investindo na formação do corpo de oficiais<sup>8</sup> e, no outro, o prático, com uma atuação contra o crime voltado para a reação<sup>9</sup>. Dessa forma, a Instituição esforçou-se para compreender o problema da violência, mas ainda não havia se despertado para algo que pudesse contribuir para aumentar a confiança da população.

<sup>7</sup> Essa mesma discussão também pode ser vista no trabalho de Silva (2003).

<sup>8</sup> Introduziu o curso de Pós-Graduação no âmbito interno, fez parceria com universidades e incentivou discussões com cientistas sociais sobre criminalidade e violência

<sup>9</sup> Goldstein (2003) também aponta que comportamento semelhante é visto nos demais países do mundo.

## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

Somente no final dos anos 80 é que a PMMG percebeu a necessidade de envolver a comunidade frente a um cenário de violência que se materializava em saques a estabelecimentos comerciais, acidentes de trânsito, ações de vândalos, assaltos e menores abandonados.

Nesse cenário e ao longo dos anos, a PMMG preocupou-se em inovar e aprimorar a execução do policiamento ostensivo. Como apontado aqui, em 1981, foi criada a Malha Protetora (ALMEIDA, 1984, REIS, 1987, ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, 2003, COTTA, 2006). Esse exercício de polícia ostensiva foi uma inovação importante para o policiamento figurando-se numa malha virtual de rede de proteção distendida no espaço geográfico de responsabilidade da Unidade, apresentando, primeiramente, um desenho tático dividido em três esforços, com o objetivo de ocupar os espaços vazios de segurança, diminuindo a oportunidade de atuação dos malfeitores e, em segundo plano, incentivar as supervisões dos oficiais da Unidade Operacional e do Estado-Maior da Corporação na área operacional.

Posteriormente, surge o programa de Policiamento Distrital (MEIRELES, 1990). Este programa foi considerado “uma das mais arrojadas experiências de policiamento comunitário no país” (REIS<sup>10</sup>, 1987), citado por ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, (2003, p.269). Foi lançado em 1988 e, ao longo de sua existência, teve a pretensão de incentivar o contato mais próximo do policial com a comunidade e franquear o acesso da população aos quartéis.

A estratégia operacional era o aproveitamento da experiência da Malha Protetora e a emergência de uma aliança entre a polícia e a comunidade, acompanhando a redemocratização e reconstrução da cidadania com a promulgação da CRFB/88. Mas, devido ao desconhecimento e despreparo da maioria dos policiais de linha de frente, dos oficiais e de conjunturas políticas, o programa acabou

---

<sup>10</sup> REIS, Marco Antônio Gomide. *A evolução do policiamento ostensivo – sua execução na Capital*. In: “O Alferes”, n. 13, p.99-108, Abr./Mai./Jun., 1987.

sendo desativado por completo em 1991.

Entretanto, os ideais do programa não foram abandonados. Em 1993, o Comando da Polícia Militar retoma as atividades do policiamento distrital com uma nova versão denominada de Polícia Comunitária e, consolidando-a criando, a Diretriz de Operações (DPO) 3008<sup>11</sup>, como parte importante da política de prevenção e de padronização institucional a fim de promover uma parceria entre a polícia e a comunidade e baseada no slogan: POLÍCIA MILITAR COMUNIDADES SOLIDÁRIAS NA SEGURANÇA. Assim, fortaleceu a ideia de perceber que a comunidade deve ser escutada e que o policial não deve ficar isolado dos problemas de desordem da comunidade para somente tomar alguma atitude quando acionado. Apesar de promissor, o ambiente político, a falta de treinamento, o desconhecimento profundo da nova versão e a falta de entendimento do conceito, tanto por parte dos policiais quanto por parte da comunidade, foram alguns dos óbices que trouxeram prejuízos ao avanço da diretriz, principalmente na sua efetiva aplicação e credibilidade, retomando o modelo reativo como principal instrumento de resposta da Polícia.

Quando se pensava que a DPO 3008 caminhava para seu total abandono, em 1999 houve a necessidade de novamente discutir e readequar o pensamento da parceria, pois a eficiência e eficácia da Polícia Comunitária só seriam possíveis pela aplicação efetiva do conceito.

Percebe-se que ao longo da história do policiamento ostensivo em Minas Gerais, a preocupação da Instituição de acompanhar as demandas de crime e violência que emergiam no Estado eram, muitas vezes, esbarradas nas leis e no ambiente político do país, influenciando nos ideais da Instituição e forçando a práticas que priorizavam a repressão.

---

<sup>11</sup> Minas Gerais (2007b).

## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

Tanto a polícia, quanto o governo concentravam as decisões em suas mãos, não despertando tanta atenção para um local que seria o ponto importante para as discussões relativas ao crime, à violência e a qualidade de vida: a comunidade. E para discutir a temática comunidade, é de fundamental importância estudar e compreender os movimentos sociais e a sociedade civil.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL: A BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO

O surgimento dos experimentos participativos no Brasil data dos anos 70, em um cenário de manifestações populares onde grupos de mulheres, idosos e os afro-descendentes, por exemplo, se viam prejudicados frente a uma política neoliberal que era implantada no país. Esses experimentos de manifestações dos movimentos sociais brasileiros são, para Cardoso (2004), divididos em duas fases. A primeira, considerada pela autora é “a emergência heroica dos movimentos”, datada entre a década de 70 e início da década de 80. O surgimento desses movimentos mudava o cenário da época das formas disponíveis de participação no cenário político como os partidos, sindicatos e associações. A segunda fase, a autora se refere aos primeiros anos da década de 80, ou a fase de “redemocratização”<sup>12</sup>, momento em que o fortalecimento dos movimentos sociais provocou a institucionalização e a formação de grupos com ideias comuns que se organizaram em torno de interesses socialmente reconhecidos.

O conceito de movimento social compreende, segundo Gohn (2003, p. 13), “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas [...] são o coração, o pulsar da sociedade. [...] fontes revitalizadas para a construção do novo”. Portanto, os movimentos sociais são fenômenos pontuais e se encontram no âmago da vida social.

<sup>12</sup> Cardoso (2004, p. 83) justifica a palavra “redemocratização” estando entre aspas porque, na sua visão, ainda não se chegou ao fim desse processo.



De acordo com a autora, os movimentos sociais constroem discursos e práticas próprias criando uma afirmação e pertencimento em seus participantes, fortalecendo suas ligações entre seus membros e reforçando alguns pontos que Gohn (2003, p. 16) considera importantes: construção de um padrão civilizatório voltado mais para o ser humano do que para o mercado, bem como dando mais atenção para a coisa pública; atuam como uma “supervisão” externa orientando a população sobre o que está acontecendo, como por exemplo, na ética política; infiltram em áreas na arena política em favor de grupos vulneráveis como os homossexuais e fortalecem sua autonomia por meio de projetos, planejamento estratégico e programas, fazendo críticas e dando sugestões.

Os movimentos sociais traduziam suas manifestações a partir do cenário político em que estavam inseridos; ora fortalecidos em virtude de apoios populares e da vinculação em que a comunidade se encontrava inserida, ora se fragmentavam, ou por ter conseguido o objetivo ou por enfraquecimento do poder político vigente. Mas pode-se ter a certeza de que esses movimentos nunca cessaram em si mesmos. Eles contribuíram de forma significativa, por meio de demandas e pressões contra a arena política de vários direitos sociais que se consolidaram na CRFB/88 e que não cessaram nesse ordenamento, ou seja, as conquistas ainda continuam sendo construídas até os dias de hoje.

Atualmente, os movimentos sociais que têm se destacado em virtude do aumento da criminalidade, do medo e da insegurança pública<sup>13</sup> são os movimentos contra a violência urbana. O clamor tomou tamanha dimensão que esses movimentos são trabalhados de forma mais local, organizando-se em bairros, na busca de mais segurança, redução do medo da criminalidade e, principalmente, da participação da comunidade em assuntos relativos ao crime, violência e qualidade de vida.

---

<sup>13</sup> Para essa temática, ver Espírito Santo; Meireles (2003).



## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

Dessa maneira, insere-se a noção de sociedade civil, reconhecida como múltipla, polissêmica e objeto de disputas de significado (LEMINSKI, 2007). Reforça-se que não há uma noção única e fechada. Mas sua apresentação é relevante para compreender a localização dos CONSEP's no emaranhado de grupos que surgem em sociedade em prol da coletividade.

No Brasil, o conceito de sociedade civil se mistura com a sua própria formação a partir da década de 70, quando a sociedade se organizou contra um Estado autoritário sob regime militar. A presença do Estado como um aparato de dominação aflorou questionamentos e insatisfação por parte da sociedade, surgindo os movimentos sociais (GOHN, 2003) que figuraram como oposição a esse Estado autoritário, consolidando a fundação da sociedade civil no Brasil (DAGNINO, 2002) e a um atual projeto neoliberal (DAGNINO, 2004). Os fatores que facilitaram o surgimento de uma sociedade civil se devem a alguns fenômenos tais como: o crescimento exponencial de associações comunitárias, reavaliação da ideia de direitos, uma autonomia organizacional em relação ao Estado e formas públicas em gerar demandas e negociar com o Estado (DAGNINO, 2002). Nesta perspectiva, criou-se o vocábulo “civil” como oposição ao “militar” apresentando como um conjunto de cidadãos que se organizam das mais diversas maneiras contra o Estado.

Por isso, também se reconhece a sociedade civil como uma reunião de sujeitos, com características divergentes em gênero, etnia e interesses que devem convergir para um bem comum, para decisões que se voltem ao coletivo (RAICHELIS, 2005, p. 37). Reforça-se, de acordo com Costa (2002, p. 62 e 63) que sociedade civil pode ser uma rede de relações, com o intuito de vislumbrar o interesse público.

Percebe-se que é na sociedade civil que se organiza o palco de lutas pela democratização e do amplo surgimento de movimentos sociais arranjados em diferentes setores ganhando visibilidade e



expressando uma luta de direitos, na tentativa de fazer com que o Estado não seja o único detentor de poder e decisão da vida em sociedade. Dessa maneira, torna-se uma esfera distinta do mercado e do Estado, com graus de organização e de manifestação de espaços. Esta organização e a manifestação de espaços seriam impossíveis sem a verdadeira compreensão e prática da cidadania e democracia participativa.

#### 4 CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Nos dias atuais, a palavra cidadania tem sido muito falada, mas pouco compreendida, tanto por causa das rápidas modificações pelas quais as sociedades contemporâneas, principalmente a brasileira, têm passado, quanto à dificuldade de aplicá-la.

A palavra cidadania não é um termo novo. Derivada da palavra cidadão é de origem latina *civitas*. Na Grécia, ser cidadão era aquele indivíduo dotado de privilégios, normalmente homens, que poderiam participar da vida política da cidade mediante palavras e persuasão. Nesses termos, eram excluídas as mulheres, os estrangeiros e os escravos. A violência não era admitida.

No Brasil, a conquista da cidadania pelo povo brasileiro se confunde com a sua história. Na verdade, olhando para o passado do país, a efetiva cidadania do brasileiro não foi conquistada. Ela sempre foi controlada pelo poder político, ora cedendo direitos, ora tirando direitos. Na visão de Carvalho (2007), no Brasil não houve uma revolução como na Inglaterra, França e Estados Unidos da América. As que existiram aqui sempre estavam relacionadas ao poder. Nenhuma, segundo o autor, estava relacionada ao interesse da coletividade. O povo não foi preparado politicamente para exercer suas obrigações cívicas, nem a Independência do Brasil teve participação popular. Para ele, a herança da escravidão, da grande propriedade rural e de um Estado com poder privado foram empecilhos ao exercício da cidadania no Brasil. Outro ponto que o autor considera com um



## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

obstáculo para o desenvolvimento da cidadania brasileira é que o brasileiro nunca teve uma relação de pertencimento, de identificação e de lealdade com o seu país, significando pouca vinculação com o país e diminuindo a característica de pertencimento e de luta pela cidadania.

A cidadania no Brasil moderno se diferencia um pouco do passado. A sua relação com os direitos civis, políticos e sociais não se perdeu. Mas, hoje, falar de cidadania transcende argumentos que se pautam em leis ou que se esgotam a partir da conquista de algum direito. Falar de cidadania e de atribuir algum conceito específico torna-se até complicado devido à profundidade que este pequeno vocábulo carrega consigo, mas que não é menos importante para que se tenha uma noção enfatuada do peso e da responsabilidade para qualquer indivíduo. Nos dizeres de Covre (2006, p. 08-10), cidadania é dialética, de apropriação de espaço para a prática de reivindicações e estratégias para melhorar a sociedade.

Neste mesmo pensamento, Dagnino sugere uma “nova cidadania” (2004, p. 104) enfocando a estratégia como crucial para a construção democrática, de transformação social. Isso significa que o termo cidadania deixa de ser algo aleatório, sem ter um objetivo, e passa a ser encarado como uma arte de dirigir coisas complexas, diminuindo sua vulgarização, abrigando diferentes projetos que atendam ao interesse coletivo e marcado por uma construção histórica de luta e de contínua transformação.

A cidadania exige do indivíduo um acompanhamento e participação na coisa pública, e não se limita somente no olhar para a arena política, mas também no que está próximo a ele, na participação de um problema do seu bairro, na sua rua, no que é necessário para a sua sobrevivência e na melhoria da qualidade de vida.

A cidadania pode ser também considerada como uma exigência de vínculos comunitários dentro e fora dela, não se



reduzindo somente a uma noção de liberdade oferecida pelo Estado sob uma matriz de tipo constitucional. A ideia de comunidade presente na cidadania moderna é força da participação em um consenso mínimo em torno de valores de tipo constitucional e laico, dentro da lei e da imparcialidade. Esta cidadania, ao mesmo tempo não deixa de ser inclusiva e exclusiva, sendo a primeira entendida como um consenso mínimo das diferenças e a afirmação dessa diferença e o segundo entendido como a necessidade de atender e de incluir a diferença no contexto democrático participativo e de conquistas que levam essas pessoas à exclusão.

A democracia representa, na vastidão dos séculos, um sonho acalentado pela humanidade, transmitido de geração em geração através dos tempos, e assinalando a marcha para a liberdade, a tolerância e a justiça social. O homem, livre e entusiasta, constrói a felicidade e a vida, no esplendor da convivência democrática, com um sentimento de liberdade e de alegre confiança no futuro. A democracia não é uma classe, nem uma facção, nem um privilégio; é a nação proprietária do governo, o direito de escolha dos representantes populares, o poder organizado da opinião pública. Nesse ponto de vista, pode-se afirmar que o conceito de democracia é, para Bonavides (2001, p. 64) e Pilatti (1999, p.62) a forma em que a vontade soberana do povo decide, direta ou indiretamente, todas as questões do governo. O povo é sempre o titular e o objeto, o sujeito ativo e o sujeito passivo de todo poder legítimo.

A democracia não é por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo conquista no decorrer da história, variando de maneira considerável as posições doutrinárias acerca do que legitimamente se há de entender por democracia.



## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

Como democracia participativa, entende-se, conforme Bonavides (2006), o exercício direto e pessoal da cidadania nos atos de governo. São as camadas populares em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, bem afastada de ações neoliberais. A participação cidadã é, contemporaneamente, o principal meio e manifestação da democracia participativa, complementar da representativa tradicional (AMARAL, 2001, p. 56).

A ampla inclusão e alta participação são processos que dizem respeito às condições de funcionamento da efetividade e da dinâmica democrática que envolvem uma grande subjetividade na sua definição porque estão ligadas à visão substantiva da democracia.

Na ideia de democracia participativa, outros instrumentos de participação surgiram como forma de potencializar o envolvimento do cidadão nos assuntos públicos, que neste caso, foram os Conselhos, como é visto a seguir.

### **5 CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Neste momento, passa-se a discussão efetiva do tema de pesquisa que são os Conselhos Comunitários de Segurança Pública. O objeto de investigação é o CONSEP da Cidade de Brumadinho, município que está situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a 55 Km da capital mineira. Brumadinho possui uma área de 640,150 metros quadrados e população estimada, conforme censo de 2007, de 31.965 habitantes<sup>14</sup>. A cidade possui mais quatro distritos, sendo eles: Conceição de Itaguá, Aranha, Piedade do Paraopeba e São José do Paraopeba, além de mais 34 povoados.

O CONSEP de Brumadinho nasceu a partir da preocupação com o aumento da criminalidade no município que apresentou cerca de 36,04% nos registros de ocorrências entre os anos 2000 e 2003,

---

<sup>14</sup> Conforme informações do IBGE pelo sítio: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>  
Acesso em: 17/03/2008.

conforme gráfico 01. Dessa forma, foi programado, em 2003, o primeiro Seminário de Segurança Pública no município, organizado pela Câmara Municipal, para discutir a segurança pública local. Antes disso, foi realizado um Pré-Seminário nas comunidades a fim de se ouvir a população, colher reclamações e sugestões a serem apresentadas no seminário<sup>15</sup>. Nesse encontro, motivados pelo Comandante da Fração, como um dos palestrantes, sugeriu-se a implantação do CONSEP<sup>16</sup>.

No entanto, é preciso definir o que é conselho. Para Quicherat (2000), a palavra conselho vem do latim *consilium*, que quer dizer deliberação, decreto, autoridade; resolução, plano, projeto, desenho, desígnio, vistas; expediente, saída; conselho, voto, decisão, parecer, opinião, sentimento, o sentir; prudência, moderação, circunspeção, recurso do espírito, assembleia, deliberação, comissão, conjunto de pessoas com poder para deliberação. Por via do verbo latino *consulo, consulis, consului, consulavi, consultum, consulere*, significa deliberar, decretar, fazer às vezes de cônsul ou conselheiro, ter autoridade, resolver, planejar, projetar, desenhar, ver, ter vistas em processo, expedir decisão, orientar, votar, escolher, opinar, manifestar-se, discutir, examinar, analisar, reunir-se com pessoas com patentes para deliberação, moderar, ponderar, prudenciar.

No Brasil, os conselhos formam um importante instrumento de participação popular, principalmente a partir da CRFB/88, como instrumento institucional para o planejamento de políticas públicas brasileiras. Segundo Silveira (2007, p.03), os conselhos se originam mediante três formas distintas: de movimentos insurrecionais, como

<sup>15</sup> O seminário foi realizado em 04 de julho de 2003. A sugestão da Criação do Conselho foi pelo 1º Ten. PM Evandro Alexandre Freitas.

<sup>16</sup> Motivados pela PMMG, componentes da comunidade utilizaram como referência a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública 05 (DPSSP 5), (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2002c) como orientação para a criação e instalação do CONSEP em dezembro de 2003.

## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

por exemplo, a Comuna de Paris e os soviets de Petrogrado e da Revolução Russa de 1917; em instâncias de poder nos lugares de trabalho, como por exemplo, os conselhos de fábrica italianos, conselhos de autogestão na Iugoslávia e na Polônia e, por fim, como arranjos neo-corporativistas com o propósito de reduzir conflitos distributivos entre trabalhadores, usuários e outros grupos de interesse e os empresários. Na Carta Magna Brasileira, a formação de conselhos é amparada como previsto no art 5º, XVII<sup>17</sup>. Após a Constituição, alguns conselhos, chamados de Conselhos Gestores, foram criados por força de lei, como por exemplo, o Conselho de Saúde e o Conselho da Criança e do Adolescente.

Ao longo do tempo, o conceito de Conselho foi modificado, pois Silveira (2007, p. 3) aponta que, após uma pesquisa realizada em 1997, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Comunidade Solidária, estas apresentam três tipos de conselhos: a) conselhos de programas: geralmente formados por representantes da sociedade civil e ligados aos órgãos do governo; b) conselhos temáticos: conselhos criados por iniciativas de governos federal, estadual e municipal, com participação de representantes da sociedade civil e de funções públicas. Este tipo de conselho atua em assuntos específicos como direitos humanos e grupos vulneráveis; c) conselhos setoriais (Políticas), que são criados por força de lei e são importantes para que a União, os Estados e os Municípios possam destinar recursos para realizar políticas públicas<sup>18</sup>. Normalmente,

<sup>17</sup> Artigo 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

<sup>18</sup> Exemplo disso, no âmbito federal, a participação da comunidade nos Conselhos de Saúde é regulada pela Lei nº 8142, de 1990 e Resolução nº 333 de 04 de novembro de 2003; o Conselho do Idoso é regulado pela Lei nº 8842, de 04 de janeiro de 1994; o Conselho da Mulher é regulado pela Lei nº 7353, de 29 de agosto de 1985 e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, regulado pela Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Esses conselhos têm destaque no cenário de políticas públicas e formam instrumentos de consulta e deliberação de decisões em cada área e serão executadas pelo Estado.

os conselhos podem ser deliberativos, consultivos, fiscalizatórios e articulatórios (SILVEIRA, 2007, p. 14-15), ou apresentar todas essas funções ao mesmo tempo. Quando os conselhos possuem a função deliberativa, têm o papel de discutir e decidir sobre programas e ações que se realizarão na comunidade e direcionar o orçamento descentralizado para o conselho em políticas públicas, dentro do limite da lei a que estão vinculados e das suas respectivas funções, não atuando em outras áreas. Os conselhos com a função consultiva são mais restritos em relação à importância que o governo pode lhe atribuir, sendo uma característica da maioria dos existentes. O que deve ser levado em consideração é o interesse do governo em querer adotar o conselho como fonte de consulta para suas políticas. Os conselhos também podem ter função fiscalizatória a fim de acompanhar as atividades do governo em relação às políticas públicas da respectiva área de atuação. O problema é que alguns governos criam conselhos com essas características somente para conseguir recursos financeiros do governo federal e perdem, na prática, a sua essência, que é a fiscalização, uma das importantes práticas de cidadania. Por último, os conselhos podem ser articulatórios, ou seja, envolver outros segmentos que estão relacionados com um problema para serem discutidas e fomentadas estratégias voltadas para tal segmento. Seria, na verdade, uma formação de redes, favorecendo a interlocução com outros setores públicos e tornando a articulação mais democrática.

Os conselhos são formas de controle social. Devem ser os olhos e os ouvidos da comunidade, devem buscar sua legitimidade entre os pares a que se destinam e não no poder público. Devem ser verdadeiros eixos de ligação entre a sociedade civil e a arena política e incentivar a formação de redes, para uma maior sinergia para a democracia. Assim, devem ser mais visíveis, promover mecanismos que os tornem cada vez mais públicos, conhecidos e interativos, a fim de despertar o interesse de participação da comunidade (SILVEIRA, 2007, p. 16). Sendo assim, também como afirma Gohn (2007), a participação dos conselhos em um cenário democrático participativo

## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

tem grande significância na educação para a cidadania, como um mecanismo de controle social, como instrumentos de expressão e voltados para o interesse público.

Em Minas Gerais, o surgimento dos CONSEP foi motivado pela Polícia Militar de Minas Gerais, como proposta de uma nova gestão de ser e fazer polícia, denominada “Polícia de Resultados” (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2002a). A participação comunitária é um dos princípios dessa nova gestão que foi implementada em um cenário crítico de elevação dos índices de criminalidade<sup>19</sup>. Como parte dessa nova gestão, a fomentação da Polícia Comunitária<sup>20</sup>, como sendo uma política organizacional, que incentiva a participação dos indivíduos da comunidade<sup>21</sup> e potencializa a coesão social nos assuntos relacionados à criminalidade, violência e qualidade de vida, tem como um de seus pressupostos a participação social nas questões da segurança pública via a criação de CONSEP e o fortalecimento de um trabalho em formato de rede. O maior incentivo de sua criação como política institucional foi a partir do ano 2000, momento em que as primeiras experiências iniciaram-se em Belo Horizonte e, posteriormente, em outras cidades do interior de Minas Gerais. O CONSEP passa a ser um espaço institucionalizado e referência para a comunidade local na participação popular nas discussões sobre a criminalidade, violência e qualidade de vida.

---

<sup>19</sup> Batitucci et.al. (2007) apresenta um diagnóstico conjuntural da criminalidade violenta em Minas Gerais entre o período de 1986 a 2000, mostrando dados da elevação das taxas de crimes violentos ocorridos no Estado.

<sup>20</sup> Sobre a Polícia Comunitária, não será tratado de forma detalhada neste trabalho, mas existe uma vasta literatura sobre o tema, como por exemplo, Bayley e Skolnick (2002); Barros (2005); Cerqueira (2001); Polícia Militar de Minas Gerais (2002b); Muniz et.al (1997); Neto (2005); Rolim (2006); Soares (2006) e Silva (2003).

<sup>21</sup> Além do conceito muito usual de que comunidade significa local comum a todos, Bauman (2003) comenta que a comunidade significa entendimento compartilhado do tipo “natural” e “tácito”, vulnerável e frágil, é o local da construção do “círculo aconchegante”, local da segurança e de controle que só pode se obtido coletivamente.

Para tanto, a Polícia Militar criou a Diretriz 05/2002 (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2002c), que tem a finalidade de orientar os policiais militares no planejamento, coordenação, execução e controle das atividades ligadas à estruturação e ao funcionamento dos CONSEP.

O CONSEP não deve ter nenhum canal vinculante nem com a polícia e nem com nenhum outro órgão público, demonstrando isenção, credibilidade, transparência e que a influência política seja mínima. Tem a finalidade congregar qualquer órgão público, comunidade, Organizações Não Governamentais (ONG), associações comunitárias, empresas privadas, educandários, entre outros. Tudo isso com o objetivo de discussão e adoção de medidas práticas que tragam como resultado a melhoria da qualidade de vida num ambiente democrático e com vistas à prevenção, principalmente.

Portanto, o CONSEP em Minas Gerais não está vinculado a nenhuma legislação que obriga o Estado<sup>22</sup> a criá-lo e torná-lo um conselho deliberativo, consultivo, fiscalizatório e articulatório. Por isso, este Conselho não tem nenhuma competência para ditar políticas públicas na área de segurança pública e qualidade de vida, funcionando, em tese, apenas como um espaço de consenso entre as partes envolvidas, não gerando responsabilidades para aquela parte que não concordar com a decisão do grupo, bem como possui liberdade de associação e independe de autorização de qualquer poder público ou privado para seu funcionamento.

## 6 CONSEP: OS SINAIS DE UM TRABALHO

Nesta parte do trabalho, seguem as análises a partir dos dados e informações obtidas junto ao CONSEP de Brumadinho. Ressalta-se que as discussões em torno dos dados indicam que a

<sup>22</sup> Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Defesa Social publicou a Resolução nº 734/2003, dispondo sobre os procedimentos para registro dos CONSEP junto à secretaria sendo que o registro não está vinculado ao controle e obrigatoriedade de criação dos CONSEP pelo Estado, ao contrário dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de São Paulo que são criados mediante Decreto 23.455/85.

## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

atuação do Conselho veio em um momento bastante instigante para a comunidade em função do aumento da criminalidade na região e dos transtornos de ordem pública causados à ela nas festividades de carnaval.

Dessa maneira, o gráfico a seguir apresenta, respectivamente, o total das principais ocorrências registradas pela Polícia Militar, no período de 2000 a 2007, antes e após a criação do CONSEP, mostrando a evolução e a redução dos delitos ocorridos no município.

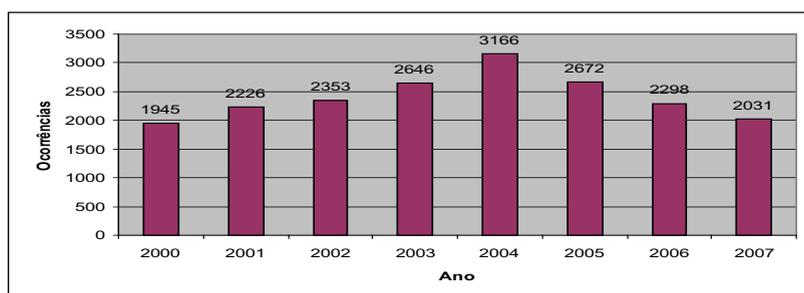


GRÁFICO 1 - Total de ocorrências registradas pela Polícia Militar, no período de 2000 a 2007, no Município de Brumadinho (em números absolutos) decorrentes de Polícia Comunitária<sup>23</sup> (contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, contra a incolumidade pública, trânsito urbano, substâncias entorpecentes), contra a administração pública, diversas de polícia e procedimentos administrativos.

Fonte: Geoprocessamento 6<sup>o</sup> Pel./48<sup>o</sup> BPM.

Pelos dados, percebe-se que houve um aumento de 36,04% nos registros de ocorrências no ano de 2003, em relação ao ano de 2000. No ano seguinte, logo após a criação do conselho, registra-

<sup>23</sup> Em relação às naturezas das ocorrências Típicas de Polícia Comunitária, consideraram-se aquelas citadas pela DIAO (Diretriz Auxiliar de Operações) 01/94, publicado em BGPM nº 214 de 29 de dezembro de 1994, e de maior frequência no Município pesquisado. A DIAO 01/94 era o documento de codificação de ocorrências utilizado pela PMMG antes dos estudos, alterações e implantação do Registro de Evento de Defesa Social (REDS), iniciado em Minas Gerais no ano de 2005.

se um aumento de registros de ocorrências de 19,7% em 2004, relativo ao ano de 2003 e, em seguida, registra-se uma queda de 35,8% em 2007, em relação ao ano de 2004. A elevação no número de ocorrências era percebida pela Polícia Militar e pela comunidade. Dessa maneira, a PMMG mobilizou os munícipes de Brumadinho a realizarem, no segundo semestre de 2003, um seminário de segurança pública na Câmara Municipal de Brumadinho para discutir e propor saídas a fim de reduzir a criminalidade e violência local, tendo como uma das sugestões a criação do CONSEP. Após a criação, as ações conjuntas entre o Conselho e a Polícia Militar iniciaram-se logo no ano seguinte, tendo como primeira intervenção o carnaval no município.

No gráfico a seguir, é destacado o número de ocorrências registradas nos períodos de carnaval entre os anos de 2003 a 2006.

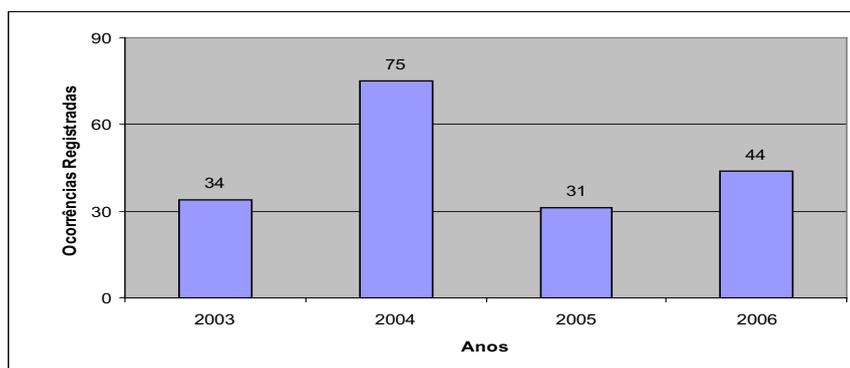


GRÁFICO 2 - Total de ocorrências registradas pela Polícia Militar, no período de 2003 a 2006, no Município de Brumadinho (em números absolutos), nos dias de carnaval.

Fonte: Geoprocessamento 6º Pel/48º BPM.

Pelo gráfico, verifica-se que o período em que houve o maior número de registros durante o carnaval foi em 2004 com aumento de 120,6% em relação a 2003. No ano de 2005, houve uma queda significativa de 58,7% em relação ao ano de 2004, com uma

## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

significativa elevação no ano 2006 de 41,9% em relação ao ano de 2005. Não há possibilidade de verificar se houve alguma variação entre o ano de 2000 e 2003 por não ter conseguido dados junto à Polícia Militar. No entanto, conforme as atas, a preocupação dos munícipes não estava somente em relação às estatísticas, como também em relação aos transtornos que alguns foliões causavam na cidade como depredação de lojas, de casas, nos ônibus coletivos, além de brigas, vandalismos e dano ao patrimônio público.

Analisando o momento da criação do Conselho, conforme o primeiro objetivo específico apresentado na introdução, foi oportuno a preocupação da criação do CONSEP como uma das respostas para solucionar o problema da criminalidade, violência e deterioração do ambiente social que assolava o município.

Destaca-se uma ação sinérgica do CONSEP em: somar, congregar esforços, envolver a comunidade e os órgãos públicos municipais e estaduais para discutir e auxiliar no planejamento do carnaval de 2004 no município. As depredações e vandalismos de foliões nos carnavais dos anos anteriores foram alguns dos problemas que provocaram a insatisfação dos munícipes de participar do carnaval da cidade. Durante o período das festividades, era frequente a depredação dos ônibus que davam acesso à cidade durante o itinerário, prejudicando o atendimento aos usuários regulares e causando insatisfação e insegurança aos passageiros. Por isso, no ano de 2004, a primeira ação do CONSEP foi a reunião de todos os órgãos envolvidos para debater e planejar o carnaval daquele ano. Em uma fiel insistência, principalmente contra os órgãos que persistiam em não colaborar, como a prefeitura, por exemplo, o conselho conseguiu reunir praticamente todos os envolvidos para o planejamento da festa. A ata de reunião extraordinária demonstra como os membros estavam empenhados na organização dos festejos de carnaval, sem prejuízo para o município,

[...] estiveram reunidos os membros do CONSEP e demais seguimentos de Brumadinho, a fim de discutir a segurança do

carnaval deste ano [2004]. Presentes estiveram [...] presidente, diretora administrativa, diretor financeiro, conselho fiscal, conselho deliberativo, conselho de apoio, representante da Rádio Inter FM, representante do Pelotão da Polícia Militar de Brumadinho, representante da Prefeitura Municipal de Brumadinho, Presidente do Movimento Integrantes de Blocos, Escolas de Samba de Brumadinho, Presidente da Associação Comunitária do Parque do Lago, Parque da Cachoeira e Alberto Flores, presidente da associação dos moradores do bairro Progresso, Delegado de Brumadinho, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Brumadinho, Conselho Tutelar de Brumadinho, visitante, representante da Rádio Alternativa FM. (ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE JAN./2004)

A reunião demonstra que o empenho e engajamento do conselho em ser um espaço de diversidade e discussão pode trazer uma unanimidade de opinião. Assim, numa negociação e relação de compromisso com os outros órgãos envolvidos, cada um fez a sua parte em relação à responsabilidade.

Deve-se ressaltar que, após cada evento, o CONSEP convocava uma reunião com todos os envolvidos, para que pudessem avaliar os resultados da festa, citar os pontos positivos e apontar as fragilidades para serem corrigidas nos próximos eventos. Essa iniciativa mereceu destaque de um Oficial da Polícia Militar que participou do planejamento da festa:

Elogiou os trabalhos do CONSEP dizendo que participou de carnavais em Ouro Preto e Mariana, cidades históricas, e que nunca viu falar numa avaliação de carnaval. Elogiou a organização do CONSEP. (ATA DA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO, DE MAR./2007).

Pelas atas, percebe-se que o CONSEP de Brumadinho apresentou algumas iniciativas importantes para serem tratadas pelo Conselho como: acidentes causados por crianças e adolescentes que soltam pipas em áreas urbanas com linhas de cerol, crianças

## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

e adolescentes que frequentam *lan house* e participam de jogos de azar, conforme citações a seguir: “Foi falado no trabalho de conscientização no Município quanto ao uso de cerol, a conselheira [...] membro do Conselho de Apoio do CONSEP falou em um motoqueiro que ficou ferido no Bairro Progresso, devido ao uso de linhas com cerol. (ATA DE AGO./2006).

[A presidente] apresentou a portaria encaminhada pela Juíza de Direito da Comarca de Brumadinho, que fala na proibição de crianças e adolescentes em casos que exploram jogos de diversão eletrônicos como: *lan house* e *cyber café* e congêneres e que o uso indiscriminado desses recursos podem ser perniciosos a formação moral e intelectual dos jovens de Brumadinho. [...] foi feita a denúncia quanto aos jogos de baralho e uso de bebidas alcoólicas pelos alunos da escola Municipal Lucas Marciano, no Distrito de Piedade do Paraopeba. (ATA DE ABR./2007)

Outra participação do CONSEP foi em relação às providências tomadas sobre a solicitação de uma moradora de um bairro, encaminhada ao CONSEP, reclamando que na região onde ela reside não havia nenhuma linha de transporte coletivo que pudesse atender ao seu bairro. O Conselho encaminhou o pedido à empresa responsável pelo transporte coletivo na região e solicitou providência. A empresa acatou o pedido e foi disponibilizada uma linha de ônibus para a localidade, conforme ata a seguir:

A Associação Comunitária da Comunidade do Colégio procurou a sala do CONSEP para agradecer quanto a iniciativa do mesmo de solicitar da Empresa de ônibus Saritur a extensão da linha até aquela comunidade todos os dias da semana. Após reunião com o representante da empresa, o CONSEP procurou a Secretaria Municipal de Trânsito solicitando que fossem tomadas outras providências. Após um mês, a empresa liberou a extensão da linha. (ATA DE NOV./2005)

A demanda reforça a questão do Conselho em ser um espaço público que alcança sua legitimidade e confiança perante a comunidade, sendo um espaço capaz de fazer ouvir a voz da



comunidade e apontar demandas públicas (NASCIMENTO, 2005). Em certa medida, por meio de um fato simples, demonstra a confiança e credibilidade das ações do conselho aos olhos da comunidade, potencializando, assim, sua legitimidade.

Por isso, a análise é muito importante para verificar a atuação, o relacionamento e o compromisso dos órgãos públicos, principalmente por parte da Polícia Militar com a comunidade. Primeiramente, em relação à Polícia Militar, o CONSEP possui vínculos muito significativos com a Instituição por ter sido a principal Instituição pública que apoiou a criação do Conselho. São poucas as reuniões em que a Polícia Militar não se faz presente e há uma relação de proximidade no assessoramento ao conselho. Todas as ações e campanhas sobre segurança e prevenção são realizadas em parceria entre as duas instituições. As demandas que resultam em trabalhos conjuntos entre a Polícia Militar e o CONSEP são reforçados, positivamente, nas ações que trazem benefícios à comunidade, conforme passagem a seguir: “O [Comandante do Pelotão] se prontificou em mandar o policial [...] a fazer palestras nas escolas.” (ATA DE ABR./2007). E continua com outras passagens, na mesma ata:

O [...] membro do CONSEP II falou na Campanha Vizinhaça Ativa visando uma maior atenção dos moradores com os problemas de sua rua. Será distribuído *folders* explicativos sobre a Campanha. [...] ficou de apresentar na próxima reunião um cartaz que será afixado no comércio com os dizeres ‘este comércio é parceiro da Segurança Pública’. Também foi sugerido adesivos de geladeira com telefones úteis de casa CONSEP que serão distribuídos à população. (ATA DE ABR./2007)

Nem por isso o Conselho deixa de fazer o seu papel fiscalizador. Sempre que há denúncias de policiais militares cometendo erros ou que fizeram um atendimento ao público que não foi satisfatório, o CONSEP repassa a reclamação ou a denúncia e



## Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.

cobra medidas que possam melhorar o atendimento. Exemplo disso foi registrado na ata de julho de 2005 em que a Polícia Militar não atendeu a um pedido de pessoa desaparecida na área rural fazendo com que a solicitante fizesse uma reclamação junto ao CONSEP:

[...] reuniram-se os membros do CONSEP para tratarem, em caráter emergencial, dos fatos acontecidos no final de semana passado, dia dez de julho do corrente ano. Segundo a conselheira tutelar [...] que se encontrava de plantão naquele final de semana, uma mãe procurou o 6º Pelotão da PM de Brumadinho, no sentido de pedir ajuda, devido ao fato de que sua filha, de quinze anos, havia saído de casa e há vinte e quatro horas, não dava notícias. A mesma conversou com o policial de plantão e o policial disse que não tinha viatura, que a única em serviço estava empenhada. A conselheira ligou para diversos órgãos para ver se conseguia outra forma de ajudar a solicitante, não obtendo êxito. A conselheira, então, ligou para a presidente do CONSEP de Brumadinho para pedir ajuda quanto ao acompanhamento da PM naquele caso [...]. (ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE JUL./2005)

Esse fato não enfraqueceu os laços entre as duas instituições, CONSEP e Polícia Militar, pois ambas reconhecem o papel e a responsabilidade de cada uma, prevalecendo o interesse público.

Em relação à Polícia Civil, há registros de participação da instituição nas reuniões, assessoramento e preocupação em ajudar o Conselho no que tange à investigação. Assim como ocorre com a Polícia Militar, as reclamações também são repassadas e cobradas pelo Conselho. Como exemplo, a discussão, em reunião, da falta de respostas sobre os inquéritos policiais, podem ser lidos nos trechos a seguir: “Foi reclamado em reunião, na presença do Delegado Titular de Brumadinho, sobre a falta de resposta da Polícia Civil sobre investigações que até aquele dia não tinha dado em nada”. (ATA DE SET./2006) Muitas vezes, as exigências por parte do CONSEP são até mais incisivas:



## Vanderlan Hudson Rolim & Andréia Santos

O CONSEP III reclamou dos roubos de animais e equipamentos agrícolas nas fazendas e sítios. [A presidente] perguntou ao delegado como andavam as investigações. O delegado falou não ter ainda descoberto. Que as investigações estavam sendo feitas. Foiрам citado nomes de pessoas suspeitas pela população da zona rural. [a presidente] pediu agilidade nas investigações para que os culpados fossem punidos. (ATA DE AGO./2007)

De qualquer maneira, a presença da Polícia Civil nas reuniões é muito bem vista pelo Conselho e considerada uma importante parceira na segurança pública.

No que se refere aos outros órgãos como o Ministério Público, a Prefeitura, a Secretaria da Saúde e as escolas, o Conselho tem apresentado preocupação em desenvolver atividades junto a essas entidades. Destacam-se as exigências junto à prefeitura em regular o reboque para veículos automotores que são apreendidos e regularizar a documentação do transporte escolar do município.

Foi discutido o trabalho do reboque que está sendo feito de forma irregular. O[...] falou da dificuldade de realizar *blitz* sem o reboque, [...] o delegado falou no art. 24 do código [de trânsito] brasileiro que fala na responsabilidade do município e acrescentou que há mais de um ano vem tentando negociar com a prefeitura. (ATA DE AGO./2005)

Em relação ao Ministério Público, registra-se pouca participação desse órgão nas reuniões, situação que deve ser observada e percebida a importância da sua atuação no CONSEP, assim como os demais.

Portanto, sob a análise das ações e planos do CONSEP de Brumadinho, observa-se que, em relação às ações, o Conselho tem cumprido suas responsabilidades. A preocupação com o carnaval na cidade em 2004, como sendo a primeira ação efetiva do CONSEP, juntamente com os demais órgãos envolvidos no evento, foi tão



## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

importante e válido que o planejamento dos carnavais de 2005 e 2006 seguiram a mesma metodologia, com várias inovações e exigências, fazendo com que no ano de 2007 a prefeitura não se interessasse em realizar a festa novamente devido às exigências nas reuniões de discussão do evento terem sido mais rígidas por parte dos órgãos e representantes daqueles que estavam envolvidos, ficando inviável, economicamente, a realização do carnaval.

Quanto ao plano de ação, é importante reportar-se à Covre (2006) e Dagnino (2004a), quando comentam que a prática da cidadania requer construção de uma melhor sociedade, e, para isso, são necessárias as estratégias. Essas estratégias transcendem o simples ato de reivindicar direitos, mas uma verdadeira transformação social. Para isso, planejar estrategicamente é estabelecer metas a fim de alcançar objetivos. Sobre o planejamento de curto, médio e longo prazo, não foi observado nas atas estudadas algum momento em que o CONSEP se reuniu para planejar suas ações, o que torna ponto importante para um conselho que tem demonstrado muita iniciativa e perseverança no campo prático.

Nas ações em que houve a participação do Conselho, existiu a oportunidade de estabelecer o exercício de participação social e cidadania, mas elas têm sido mais evidentes em situações especiais como no planejamento de festas que mobilizam a comunidade. Como co-responsável na questão participativa em assuntos relacionados à segurança pública, o CONSEP demonstrou ser capaz de auxiliar nos processos de planejamento da prestação de serviços de cada órgão público no que diz respeito à prevenção e redução das taxas de criminalidade. Mesmo que nos períodos de carnaval o número de ocorrências não tenha se reduzido de forma satisfatória, os resultados de todo um planejamento conjunto demonstram a promoção da parceria não somente com a Polícia Militar no município, mas com os demais órgãos públicos locais, Estado, sociedade civil e comunidade.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade analisar a atuação do CONSEP na Cidade de Brumadinho/MG como sendo, não um mero conselho, mas que sua existência na área da segurança pública é a reafirmação da conquista de mais um espaço para a participação cidadã.

Dessa forma, a PMMG marca uma fase de sua história, uma inovação que há muito se tentou construir, a aproximação da comunidade. A Reconstrução Democrática foi um passo possível nesse sentido para a Instituição mostrar que, sem o envolvimento comunitário, a segurança pública estaria somente protelando problemas que poderiam ter sido resolvidos apenas com a descentralização de opinião.

A instituição-polícia, voltando seus “olhos” para a comunidade, onde, tudo se vê, tudo se ouve, onde há a participação e argumentação pública, provocando discussão entre indivíduos, em busca do entendimento e interesse público, percebe que a questão do crime, da violência e da qualidade de vida não são um problema só dela.

Com as inovações das formas de participação, a PMMG reconheceu que uma das saídas era o CONSEP. Atualmente, o Conselho é considerado um avanço em termos de espaço público contemporâneo na área da segurança pública: espaço próprio para manifestação da cidadania, lugar de manifestação de vontades, de expressão de interesse coletivo, discutir problemas que podem ser vistos e ouvidos pelo público, espaço de pluralidade de ideias, opiniões divergentes para se chegar a um consenso, espaço da adversidade, interação, da retórica estar à frente de atitudes hostis e persuasivas e de intercâmbios comunicativos, gerados em diferentes campos da vida social, como aconteceu, por exemplo, nos carnavais de 2004, 2005 e 2006. Mesmo que o CONSEP tenha importância



## **Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

significativa nas práticas democráticas, suas ações ainda são limitadas. Os CONSEP em Minas Gerais não foram criados por força de lei, não são paritários, nem deliberativos e sem autonomia para produzirem políticas públicas. Por outro lado, são considerados importantes instrumentos de gestão participativa, de canais de cooperação, com funções consultivas e fiscalizatórias, espaços de consenso. O consenso atribui responsabilidade e compromisso, não com o Estado, mas entre as instituições e representações que participam do conselho e, principalmente, com a comunidade.

Sendo assim, o CONSEP passa a ser uma parte da sociedade civil que não atende aos interesses do mercado e nem da esfera política, congregando um conjunto amplo de atores e impulsionando transformações no âmbito da Defesa Social voltados para o bem comum. A relação do CONSEP com o Sistema de Defesa Social favorece o ambiente democrático e o exercício da cidadania, a fim de fazer valer os direitos e deveres do cidadão e usar a estratégia e o planejamento para traçar um objetivo. Esse exercício reafirma uma democracia participativa conquistando um espaço de co-responsabilidade com os demais órgãos públicos. A institucionalização do espaço público na segurança pública por meio do CONSEP é primordial para a construção da cidadania e da democracia.

Diante do que foi apresentado, e como incentivo à criação e manutenção dos CONSEP, sugere-se aos órgãos de Defesa Social:

a) como ambiente de resolução e problemas, de construção de planos e projetos, incentivar a participação do CONSEP junto ao Estado, ao município, à sociedade civil e à comunidade;

b) proporcionar ao CONSEP oportunidades, por meio de planos e projetos federais, estaduais e municipais de participar e incentivar ações em favor da coletividade;

c) oferecer condições estruturais ao CONSEP que o possibilite mobilizar e incentivar a participação do cidadão na vida pública, cabendo uma reflexão em repensar o CONSEP como gestor de políticas públicas.

***Abstract:** This paper is a reflection on the role of Community Councils of Public Safety with the Military Police of Minas Gerais and the community, was used as an investigation of the Community Council Brumadinho. The study aimed to examine the procedures of social participation, control and contribution of the Council on matters related to crime, violence and quality of life in the city. The methodology was the research literature, documentary and geoprocessing. Survey results showed that in an environment of community participation and democratic involvement among the community and the military police, you can reduce crime, violence, improve the quality of life and achieve aspirations of the people on the improvement of public services that must be provided the community.*

***Key-words:** Reconstruction Democratic, Civil Society, Participatory Democracy, Community Council of Public Security.*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Klinger Sobreira de. A crise de Insegurança e a resposta das polícias militares. **O Alferes**, Belo Horizonte: n. 04, p. 61-83, set./out./nov./dez., 1984.

AMARAL, Roberto. **A democracia representativa está morta; viva a democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2001.

BARROS, Lúcio Alves de. **Polícia e sociedade**: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial. 2005. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira et. al. **Política Pública de Segurança**: o caso de Minas Gerais. Belo Horizonte: 16 p., 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2003/enanpad2003>>. Acesso em: 14 set. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BAYLEY, SKOLNICK David e Jerome H. **Nova Polícia**: Inovações da Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 257p. (Coleção Polícia e Sociedade, 2).

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **As bases da democracia participativa**. 2006. Disponível em: <<http://www.achegas.net/numero/vonteesete/bonavides.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.



CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 81-90.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 236 p.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (org). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001. 165 p. (Coleção Polícia Amanhã, 2).

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 220 p.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006. 165 p.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. 15. reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. 79 p. (Coleção Primeiros Passos).

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004a. p. 103-115.

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio; MEIRELES, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003. 424 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade:



**Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

manifestações e categorias analíticas. In: Ghon, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis:RJ, Editora Vozes, 2003. p. 13-33.

GOHN, Maria da Glória. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Comp.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores.* Argentina: CLACSO, 2000. p. 175 a 201. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/urbano/urbano.html>>. Acesso em: 25 out. 2007.

GOLSDTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre.** Tradução de Marcello Rollemberg; revisão da tradução de Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 463p. Coleção Polícia e Sociedade n. 9.

LEMINSKI, Paulo. A Revitalização do Conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro, p. 20-57. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc\\_rio/cgi-bin/.pdf](http://www.maxwell.lambda.ele.puc_rio/cgi-bin/.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2007.

MEIRELES, Amauri. **Policiamento Distrital.** Belo Horizonte: Comando de Policiamento da Capital. 1990.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz de Policiamento Ostensivo,** 1970.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz Auxiliar de Operações nº 01 (DIAO 01/94).** 1994.

MINAS GERAIS, Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais.** 1989. Minas Gerais: Assembléia Legislativa.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Estatuto de Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais. **Lei Estadual 5301** de 16 de Outubro de 1969.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz de Planejamento de Operações 3008, 1993**. Disponível em: <<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/auth-pmmg/login.action?act.>> Acesso em 15 fev. 2007b.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Decreto 11.636**, de 29 de janeiro de 1969. Regulamento Geral da Polícia Militar de Minas Gerais: Assembléia Legislativa.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n. 01**. Belo Horizonte, 2002a.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n. 04**. Belo Horizonte, 2002b.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n. 05**. Belo Horizonte, 2002c.

MUNIZ, Jacqueline et. al. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, SP: v. 9, n. 1, ISSN 0103-2070, Mai.1997.

NETO, Theodomiro Dias. **Segurança Urbana: O modelo da nova prevenção**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Fundação Getúlio Vargas, 2005. 159 p.

PILATTI, Adriano. **O processo legislativo na constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Renoar, 1999.

QUICHERAT, L. **Dicionário Latino-Português**. Organizado por J.R. dos Santos Saraiva: Rio de Janeiro – RJ/Belo Horizonte – MG, Garnier, 2000.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortês Editora, 2005. 304 p.

**Da institucionalização à discussão pública: o Conselho Comunitário de Segurança Pública como mecanismo de participação social na segurança pública.**

REIS, Marco Antônio Gomide. A evolução do policiamento ostensivo – sua execução na capital. **O Alferes**. Belo Horizonte: n. 13, p. 99-108, Abr./Mai./Jun., 1987.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**. Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 311 p. 2006.

SILVA, Jorge da. **Segurança Pública e Polícia: Criminologia Crítica Aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SILVEIRA, Jacqueline Passos da. **Arranjo Institucional dos Conselhos**. 20p, 2007. Disponível em: <<http://www.ceter.mg.gov.br/seminario/arranjoinstitucional.doc>>. Acesso em: 14 ago.2007.

SOARES, Luís Eduardo. **Cosme & Damião e o Policiamento Comunitário**. Legalidade Libertária. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.



# O CRIME DE DESERÇÃO ESPECIAL DO ART. 190 DO CÓDIGO PENAL MILITAR E A SUA INAPLICABILIDADE NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL: breves reflexões.

**PEDRO PAULO PEREIRA ALVES**

*1º Sargento da PMMG, Acadêmico 9º período de Direito da Faculdade FEAD/BH.*

***Resumo:** O presente ensaio pretende demonstrar a inaplicabilidade do crime de deserção especial no âmbito da justiça castrense estadual.*

***Palavras-chaves:** deserção especial – princípios Direito Penal - inaplicabilidade – infração disciplinar.*

## 1 INTRODUÇÃO

Os policiais militares brasileiros têm a nobre missão de executar o policiamento ostensivo preventivo e manter a ordem pública, como múnus<sup>1</sup> público de diuturnamente trazer tranquilidade e segurança ao cidadão ordeiro, bem como prevenir e reprimir os delitos que tanto assolam a sociedade atual.

Diante dessa altiva função, os militares estaduais têm direitos e deveres peculiares em virtude da missão que lhes é afeta. Na esfera dos deveres, possuem um rígido código de normas penais e administrativas diferente dos demais agentes do Estado.

---

<sup>1</sup> Encargo que se impõe a alguém; obrigação; dever.



## O crime de deserção especial do art. 190 do Código Penal Militar e a sua inaplicabilidade no âmbito da justiça militar estadual: breves reflexões

Assim, devido a tais peculiaridades no exercício da sua função, o policial militar poderá sofrer sanções na esfera administrativa e penal, especialmente as previstas nos regulamentos disciplinares e no Código Penal Militar (CPM), Decreto – Lei nº 1.001/69, no caso de o militar cometer algum ilícito penal nos moldes do art. 9º do CPM.

Portanto, vê-se que o militar estadual está ladeado por normas rígidas reguladoras da sua função policial. Destarte, o policial que se ausentar da sua unidade, sem licença da autoridade, ou do lugar onde deva permanecer, desde que a ausência se verifique por mais de oito dias, comete o crime de Deserção previsto no art. 187 do CPM.

Fora os casos assimilados de Deserção previstos no art. 188 do CPM, temos ainda outro tipo penal previsto no art. 190: Deserção Especial. O Estado tem o dever-poder de punir as condutas que lesem bens jurídicos relevantes, notadamente as condutas lesivas que envolvem a relação dos militares com a Administração Pública Militar.

O tema é de suma importância, pois traz à baila a possibilidade de o administrador aplicar ao caso em tela as normas administrativas (Lei nº 14.310/2002 – Código de Ética e Disciplina Militares – CEDM) ao invés de tomar as providências previstas no Código Penal Militar – CPM, e nos procedimentos do Código de Processo Penal Militar – CPPM.

A aplicação do CPM no caso do cometimento do crime em tela não cumpriria a finalidade pública, eis que seria desproporcional ao interesse público, com a prisão do militar e seu consequente afastamento do trabalho. Os princípios norteadores do Direito Penal, aplicáveis ao crime de Deserção Especial, demonstram ser inviável a sanção penal prevista para o delito, no caso envolvendo policiais e bombeiros militares dos Estados.



Este é o ponto nodal de nosso trabalho, o qual pretende demonstrar que o tipo penal incriminador é inaplicável no âmbito da Justiça Militar Estadual.

## 2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO PENAL

O Direito Penal é norteado por princípios que visam balizar a sua aplicação no âmbito da sociedade. Em suma, princípio significa “causa primária; preceito; regra; fonte ou causa de uma ação” (NUCCI, 2007).

Com o intuito de servir de base para a aplicação do Direito Penal, os princípios poderão ser explícitos (Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal; da Anterioridade; da Retroatividade da Lei Penal Benéfica; da Humanidade, e outros) e Implícitos (Intervenção Mínima ou Subsidiariedade; Fragmentariedade; Taxatividade; Proporcionalidade e outros).

Dentre tais citados, interessam-nos os princípios implícitos da Intervenção Mínima, da Fragmentariedade e Proporcionalidade no Direito Penal.

Com relação ao primeiro princípio (Intervenção Mínima), este cinge-se ao fato de o Direito Penal somente atuar nos casos em que realmente seja necessária a intervenção do Estado para aplicar uma pena. O Estado não pode interferir em demasia na vida individual do ser humano, a não ser que haja realmente uma finalidade pública essencial. Com isto, nota-se a desnecessidade de tipos penais irrisórios, os quais, muitas vezes, são a primeira opção do legislador para compor os conflitos. O Direito Penal deve ser a *ultima ratio* (última razão; opção) nesse caso.

O segundo princípio (Fragmentariedade) compreende que nem todas as lesões a bens jurídicos devem ser protegidas e punidas pelo Direito Penal. Sua fundamentação se faz com base no





## **O crime de deserção especial do art. 190 do Código Penal Militar e a sua inaplicabilidade no âmbito da justiça militar estadual: breves reflexões**

ordenamento jurídico, pois o Direito Penal é apenas uma parte dele, ocupando-se, então, de condutas mais graves que atinjam a sociedade de modo veemente. Assim, se a conduta atinge a sociedade de modo brando, sem mais consequências, deverão os outros ramos do Direito (Administrativo, Tributário, Fiscal etc) resolverem a questão.

O terceiro e último (da Proporcionalidade) diz que as penas devem ser justas e equânimes em relação à conduta descrita como ilícita. Não pode haver penas absurdas, extravagantes e sem uma finalidade em relação a condutas ínfimas, as quais não atingem bens juridicamente relevantes.

Por essa forma, vê-se no Direito Penal a última cartada do Estado quando os outros ramos do Direito não conseguirem efetivar a pacificação dos conflitos em sociedade.

### **3 A DESERÇÃO ESPECIAL: um tipo penal desnecessário**

O art. 190 do CPM traz a conduta descrita como crime aquela deserção realizada pelo militar que deixa de se apresentar no momento da partida de navio, aeronave, ou força em deslocamento em que serve. O preceito criminal é assim descrito:

art. 190. Deixar o militar de apresentar-se no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve (...).

As penas variam de acordo com o período de ausência até a apresentação do militar. Se, por exemplo, o militar se apresentar no período de 24 horas após a partida ou deslocamento da tropa, a pena será de até 3 meses de detenção; se superior a 24 horas e não excedente a 5 dias, a pena é de 2 a 8 meses de detenção; se superior a 5 e não excede 8 dias, a pena é de 3 meses a 1 ano de detenção; se superior a 8 dias, a pena será de 6 meses a 2 anos de detenção.





Em que pese sua descrição complicada e repleta de meandros, a deserção especial, com respeito a outras opiniões, é totalmente inútil e desnecessária, mormente no âmbito da justiça militar estadual.

Tal análise se conclui pelo próprio tipo incriminador, já que raras (ou até mesmo inexistentes) serão as oportunidades em que se verá um policial estadual partir em navio ou avião para outra localidade a fim de cumprir sua missão constitucional.

Quando o tipo descrito fala em *unidade ou força*, não traduz, essencialmente, uma tropa estadual. Em que pese a posição de Loureiro Neto<sup>2</sup>, a evidência racional conduz para não considerar as condutas dos militares estaduais enquadradas nessa situação.

Esse crime em análise seria melhor aplicado quando tais “forças” estiverem em tempo de guerra, sendo até mesmo viável que sua redação compusesse um dos crimes previstos no Livro II (Crime em Tempo de Guerra), Título I, Capítulo XII (Da Deserção e da Falta de Apresentação) do CPM.

A Deserção Especial é até mesmo inútil no âmbito das forças armadas em tempo de paz, pois o militar poderá ser punido somente no âmbito administrativo. Ademais, caso a ausência do militar (seja ele estadual ou federal) ultrapasse os 8 dias, certamente haverá o crime de Deserção previsto no art. 187 do CPM.

Como se nota, o tipo penal previsto no art. 190 do CPM ofende os princípios norteadores do Direito Penal, a saber o da Subsidiariedade, da Fragmentariedade e da Proporcionalidade.

---

<sup>2</sup> “A unidade aqui deve ser tomada no sentido de unidade de combate, ou unidade tática, seja um navio, embarcação, avião, carro de combate, companhia, batalhão ou regimento”. (LOUREIRO NETO, José da Silva, Direito Penal Militar, 4ª edição, São Paulo, Atlas, 2001)



## O crime de deserção especial do art. 190 do Código Penal Militar e a sua inaplicabilidade no âmbito da justiça militar estadual: breves reflexões

Tal conduta poderia ater-se à seara administrativa que é mais célere e efetiva. Movimentar a máquina do judiciário a fim de punir condutas irrisórias e de somenos importância para a sociedade - e até mesmo para a Administração - é no mínimo brincar com o dinheiro público e com o tempo precioso do judiciário brasileiro, o qual deveria se preocupar com questões jurídicas mais importantes.

Portanto, a incriminação da conduta descrita como Deserção Especial no art. 190 do CPM é totalmente desnecessária, haja vista ser um tipo penal irrisório, pois não ofende bens relevantes ao interesse público e, devido a isso, baseada nos princípios que regem o Direito Penal, tal conduta não deveria possuir status de crime, mas, apenas, sofrer controle por meio dos regulamentos e códigos afetos ao direito disciplinar militar.

### 4 DESERÇÃO ESPECIAL: punição no âmbito administrativo

Em boa hora seria se o legislador brasileiro revogasse do CPM a descrição fática do art. 190: a uma porque ofensiva aos princípios do Direito Penal mínimo; a duas porque ofende o fundamento da dignidade humana<sup>3</sup>, submetendo o militar a um processo desgastante e inseguro, já que pelo tempo da pena prevista para o crime poderá ocorrer a sua prescrição; a três porque sua incidência poderia ficar somente no âmbito administrativo militar.

Darei um exemplo prático: um militar estadual escalado juntamente com sua Companhia para viajar de Belo Horizonte para a cidade de Diamantina, com partida prevista para 8h, deixa de apresentar-se no momento da partida, vindo a fazê-lo somente

---

<sup>3</sup> A Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III traz como um de seus fundamentos o respeito à dignidade da pessoa humana baseada nos valores do homem como um ser dotado de direitos inalienáveis como a vida, a liberdade e a igualdade. Desta forma, como anota Guilherme de Souza Nucci, “toda lei que violar a dignidade da pessoa humana seria inconstitucional” (Código Penal Comentado, 7ª ed, 2007, p. 45).



às 8h30min. Nesse caso, o militar deveria ser preso em flagrante? Deveria ser confeccionado o termo de deserção<sup>4</sup>? Ou seria mais prático confeccionar um expediente disciplinar?

No caso acima, seria prático e viável confeccionar a comunicação disciplinar, participando ao Comandante do militar a falta ocorrida, concedendo-se ao policial faltoso a oportunidade de apresentar sua defesa em procedimento regular. Soma-se a isso, a possibilidade de o Comandante do militar faltoso reaproveitá-lo em outras atividades no Batalhão, pelo fato de não se ter deslocado juntamente com a sua tropa.

No caso da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), tem-se a Lei nº 14.310/2002 (Código de Ética e Disciplina dos Militares) que prevê em seu art. 13, inciso XX e art. 15, inciso I, as seguintes faltas:

Art. 13. São transgressões de natureza grave:

XX – Faltar ao serviço:

Art 15. São transgressões de natureza leve:

I – Chegar injustificadamente atrasado para qualquer ato de serviço de que deva participar;

Na primeira falta, pune-se o militar com até 10 dias de suspensão do serviço. No segundo caso, o militar poderá sofrer uma advertência ou repreensão.

Dessa forma, a punição na seara administrativa surtirá efeitos mais efetivos e imediatos ao militar faltoso, dispensando-se um processo judicial penoso e sujeito às agruras do tempo. Observando-se as penas aplicáveis ao crime de Deserção Especial,

---

<sup>4</sup> O art. 451, § 2º do Código de Processo Penal Militar reza que no caso de deserção especial, o termo será lavrado imediatamente.



**O crime de deserção especial do art. 190 do Código Penal Militar e a sua inaplicabilidade no âmbito da justiça militar estadual: breves reflexões**

caso o processo perdure por um lapso de tempo superior a 2 anos<sup>5</sup>, sendo o militar condenado à pena mínima (2 meses), ocorrerá a prescrição da pretensão punitiva, nos moldes do art. 123, inciso IV do CPM<sup>6</sup>.

No caso de o militar não ser preso, e ficar por mais de 8 dias ausente, a pena será a mesma prevista para o crime de Deserção (6 meses a 2 anos), com aumento de 1/3 se o militar for Sargento ou Subtenente/Suboficial; e metade se Oficial.

Porém, caso o militar não seja capturado, e sua ausência perdure até que complete a idade de 45 anos (se praça) ou 60 anos (se Oficial) ocorrerá a prescrição nos termos do art. 132 do CPM, que assim preceitua: “*No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de 45(quarenta e cinco) anos, e, se oficial, a de 60 (sessenta).*”

Portanto, além da ocorrência das regras do art. 125, VI do CPM<sup>7</sup> deverão ocorrer, concomitantemente, as regras do art. 132 do

---

<sup>5</sup> O art. 125 do CPM regula a prescrição da ação penal pelo tempo da pena prevista para o crime. No caso em questão, a prescrição se daria pelo fato de a pena mínima ser de dois meses. Assim, o inciso VII do art. 125 registra que o crime prescreverá em dois anos se o máximo da pena é inferior a 1 ano. Portanto, caso o militar seja condenado à pena mínima (2 meses), e já passados mais de 2 anos do processo, certamente seria extinta a punibilidade com base no art. 123, inciso IV do CPM.

<sup>6</sup> Art. 123. Extingue-se a punibilidade: I – pela morte do agente; II – pela anistia ou indulto; III – pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; **IV pela prescrição**; V – pela reabilitação; VI pelo ressarcimento do dano, no peculato culposo (art. 303, § 4º).

<sup>7</sup> Art 125. A prescrição da ação penal, salvo disposto no § 1º deste artigo, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) VI – em 4 (quatro) nos, se o máximo da pena é igual a 1 (um) ano ou, sendo superior, não excede 2 (dois) anos;



CPM quando o militar for trãnsfuga (ausente – não capturado) para que haja a extinção da punibilidade.

Sob essa ótica, o crime em questão poderia ser retirado do CPM ficando somente no âmbito administrativo disciplinar, considerando-o infração disciplinar. Ora, não podemos olvidar que o CPM foi editado num período conhecido como “os anos de chumbo”, em pleno regime de exceção (ditadura militar).

Como já dito anteriormente, ficaria melhor a Deserção Especial descrita nos crimes em tempo de guerra, já que essa conduta não seria tolerada em caso de movimentação de tropa para uma zona de guerra. O militar, nessa situação, deve estar pronto para o emprego imediato, não se tolerando atrasos ou morosidade da sua parte.

## 5 CONCLUSÃO

Os princípios do Direito Penal norteiam a aplicação da lei para que não haja exageros ou injustiças quando a sanção for proferida pelo juiz da causa. Os princípios do Direito Penal mínimo (ou da Intervenção Mínima), da Fragmentariedade e da Proporcionalidade devem ser observados, a fim de que a sanção tenha sua finalidade educativa e corretiva, reinserindo o infrator no convívio social.

O crime de Deserção Especial previsto no art. 190 do CPM ofende tais princípios do Direito Penal, pois sua descrição fática não tutela interesses relevantes para a Administração Pública, nem tampouco para a sociedade.

No caso de sua ocorrência no âmbito das polícias militares dos Estados, seu processamento deverá cingir-se à esfera administrativa, punindo-se o militar faltoso a título de infração disciplinar nos limites dos regulamentos e códigos disciplinares.



**O crime de deserção especial do art. 190 do Código Penal Militar e a sua inaplicabilidade no âmbito da justiça militar estadual: breves reflexões**

Com isto, evita-se a movimentação da máquina judiciária para processar crimes de menor potencial ofensivo, pois o judiciário deve-se ocupar de ofensas relevantes aos bens jurídicos de maior importância para a sociedade.

Por essa forma, e sem esgotar o assunto, fica aqui a reflexão aos nobres membros do Ministério Público Militar, do Poder Judiciário e aos Comandantes em todos os níveis para a mudança de conduta em relação ao crime em tela, procurando-se efetivar o interesse público de modo racional e prático, sem ofensas aos fundamentos e princípios do Estado Democrático de Direito, além de evitar o desgaste de um processo demorado e oneroso para os cofres do Estado.

***Abstract:** This paper attempts to demonstrate the inapplicability of the crime of desertion under special state castrense justice.*

***Key-words:** defection particular - principles Criminal Law - inapplicable - disciplinary infraction.*



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Vade Mecum universitário RT. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BRASIL. Código Penal Militar. **Decreto-lei n.1001**, de 21 de outubro 1969. 4. edição revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BRASIL. Código Processo Penal Militar. **Decreto-lei n.1002**, de 21 de outubro 1969. 4. edição revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

NETO, José da Silva Loureiro. **Direito Penal Militar**. 4. edição, São Paulo: Editora Atlas, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 7. edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007







## **NORMAS EDITORIAIS PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS NA REVISTA “O ALFERES”**

A Revista editada pela Polícia Militar de Minas Gerais tem o objetivo de publicar pesquisas, ensaios, artigos científicos ou filosóficos, ou matérias que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e qualificação de pessoal no campo da preservação da ordem pública, nas diversas áreas do conhecimento.

As propostas de texto para publicação devem atender às seguintes formalidades:

### **1 IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Título (e subtítulo, se houver) conciso e coerente com o conteúdo da obra.

1.2 Ao final do trabalho, a ser remetido em duas vias, o autor deverá colocar seu nome completo, idade, endereços postal e, se houver, eletrônico, telefone de contato, em uma das vias, a autorização para publicação independentemente de qualquer direito patrimonial sobre a obra, conforme formulário disponível no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação-CPP.

### **2 FORMATAÇÃO DO TEXTO**

2.1 O texto original terá o limite aproximado de, no mínimo, cinco e, no máximo, trinta laudas A-4, inclusive resumo, tabelas, ilustrações e referências.

2.2 Fonte “*Times New Roman*”, estilo normal, tamanho 12.

2.3 Espaço 1,5 entre linhas e alinhamento justificado.

2.4 Margens: esquerda = 3 cm; superior, inferior e direita = 2,5 cm.

2.5 Numeração: ao final da página, centralizada.

2.6 Parágrafos iniciados a 1,25 cm da margem esquerda.



### 3 ELEMENTOS DO TEXTO

#### 3.1 Elementos pré-textuais são constituídos de:

**a) Título e subtítulo (se houver):** devem figurar na página de abertura do texto, diferenciados tipograficamente ou separados por dois-pontos (:) e expressos na língua do texto.

**b) Autor(es):** nome(s) do(s) autor(es) acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do texto. O currículo e os endereços postal e eletrônico devem aparecer no rodapé indicado por asterisco na página de abertura. Opcionalmente, esses dados podem aparecer com os elementos pós-textuais, dentre os quais os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico.

**c) Resumo na língua do texto:** elemento obrigatório, constituído de seqüência de frases concisas e objetivas e não de simples enumeração de tópicos, deve traduzir, sinteticamente, o conteúdo do trabalho. Elaborado em até duzentas e cinquenta palavras, o resumo é seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave ou descritores), conforme NBR 6028/2003.

**d) Palavras-chave na língua do texto:** elemento obrigatório, as palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Recomenda-se o limite de até cinco palavras-chave.

#### 3.2 Elementos textuais

Organizar-se-ão, mesmo implicitamente, em introdução, desenvolvimento e conclusão:

**a) Introdução:** parte inicial do texto na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do texto. Trata-se do elemento explicativo do autor para o leitor.



**b) Desenvolvimento:** parte principal do texto que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme NBR 6024/2003. Parte mais extensa do texto, visa a expor as principais idéias. É, em essência, a fundamentação lógica do trabalho.

**c) Conclusão ou Considerações Finais:** parte final do texto na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos ou questões da pesquisa. A conclusão destaca os resultados obtidos na pesquisa ou estudo. Deve ser breve e pode incluir recomendações ou sugestões para outras pesquisas na área.

### 3.3 Elementos pós-textuais

São constituídos de:

**a) Resumo em língua estrangeira:** elemento obrigatório, versão do resumo na língua do texto para o idioma de divulgação internacional, com as mesmas características: Abstract (inglês); Resumen (espanhol); Précis ou Abrégé (francês), por exemplo.

**b) Palavras-chave em língua estrangeira:** elemento obrigatório, versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira: Key-words (inglês); Palabras clave (espanhol); Mots-clé (francês), por exemplo.

**c) Nota(s) explicativa(s), se houver:** a numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos. Deve ser única e consecutiva para cada texto. Não se inicia a numeração a cada página.

**d) Referências:** elemento obrigatório, elaboradas conforme NBR 6023/2002.

## 4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Para submeter um texto à aprovação pelo Conselho Editorial, o autor deve tomar conhecimento das normas editoriais da Revista e adotá-las.

4.2 Os textos enviados para publicação devem ser inéditos e originais.



## Normas

4.3 Haverá seleção de textos, mediante análise fundada nos seguintes critérios:

4.3.1 adequação aos objetivos da Revista;

4.3.2 padrão literocientífico atestado pelo respectivo Conselho Editorial;

4.3.3 adequação às normas editoriais da Revista.

4.4 Os textos poderão ser devolvidos aos autores, para as diligências recomendadas ou indicadas pelo Conselho Editorial.

4.5 Após aceitos, os textos poderão sofrer modificações quanto à forma, nunca em relação ao conteúdo.

4.6 O autor (policial-militar de Minas Gerais) será remunerado de acordo com a legislação específica da PMMG, desde que seu texto tenha sido aprovado pelo Conselho Editorial e publicado.

4.7 Os textos serão analisados sem que o Conselheiro Analista saiba o nome e outros dados qualificativos do autor (blinded review).

4.8 Os textos enviados ao Conselho Editorial serão analisados por quatro Conselheiros.

4.9 Os interessados na publicação devem encaminhar seus textos, em uma cópia impressa em papel - tamanho A4 - formato retrato - digitada somente no anverso e uma cópia em disquete, CD ou e-mail (cpp@pmmg.mg.gov.br), ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, mediante ofício que conterà, obrigatoriamente:

4.9.1 cessão do direito patrimonial à PMMG para a publicação na Revista;

4.9.2 declaração de que o texto é original e inédito.

***Conselho Editorial.***